

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

**IPARDES**  
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.26, n.9-10, p.1-37 setembro/outubro 2004

## SUMÁRIO

---

A discussão macroeconômica: estabilidade <i>versus</i> crescimento sustentado <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
Contas públicas: o aprofundamento da ortodoxia fiscal <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	7
O Brasil e os impasses do Mercosul <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	9
As operações de crédito e o ambiente macroeconômico <i>Jennifer França Zacarias Silva</i>	13
A evolução da cotonicultura no Brasil e no Paraná <i>Amanda Rasmussen Zimovski e Ronald Jesus da Conceição</i>	15
Paraná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Jennifer França Zacarias Silva, Amanda Rasmussen Zimovski, Ronald Jesus da Conceição e Shelbert Braz</i>	17
Economia Paranaense Indicadores Selecionados	19

# A discussão macroeconômica: estabilidade *versus* crescimento sustentado

Gilmar Mendes Lourenço\*

Desde a sua posse, o Governo Lula vem se notabilizando pela retórica e prática do contraditório em diferentes campos. Na área econômica, percebe-se clara perseguição da estabilidade macroeconômica, por parte do Ministério da Fazenda, e a presença de um viés desenvolvimentista na Vice-Presidência da República e em pastas como as do Planejamento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Agricultura e da Casa Civil, e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e na Petrobras.

Esses conflitos ganharam elementos novos quando, na ata da reunião do mês de outubro do Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central (BC), de maneira quase explícita, advertiu o governo e a Petrobras por terem retardado os reajustes de preços dos combustíveis em período eleitoral, atitude que poderá criar embaraços à estabilidade monetária em 2005. De pronto, a estatal respondeu que essa tarefa é sua prerrogativa, amparada na evolução dos preços internacionais do petróleo e da taxa de câmbio, e praticamente sugeriu a reduzida pertinência da divulgação de projeções sobre os preços dos derivados de petróleo feitas pelo Copom.

Quase em paralelo, em incursão surpreendente, durante um seminário sobre a Era Vargas promovido pelo BNDES no final de outubro de 2004, a professora Maria da Conceição Tavares abandonou seus argumentos críticos, e/ou ao menos desviados, que a fizeram, no mês de setembro, anunciar sua despedida da discussão econômica veiculada pelos jornais, em benefício da dedicação a “lutas maiores”<sup>1</sup>.

No evento do Banco, Tavares destacou a falta de alternativas à atual linha econômica petista e lembrou o emprego de providências econômicas ortodoxas por outros governos nacionalistas, desenvolvimentistas ou populistas, casos de Vargas, Kubitschek e João Goulart, quando julgado imprescindível para o equacionamento de problemas como desequilíbrios fiscais e de balanço de pagamentos do País.

A professora enalteceu que, apesar de conservador, Lula teria interrompido o processo de esfacelamento do Estado, deflagrado na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) com participação ativa do BNDES, e restabelecido um tipo de dualidade histórica na economia brasileira, na qual o BC seria responsável pela estabilidade monetária e o BNDES pela restauração das bases para o desenvolvimento.

Todavia, a julgar pela acentuação da postura conservadora das autoridades monetárias a partir de setembro de 2004, os interesses e objetivos voltados ao ajustamento e à consolidação dos fundamentos financeiros têm prevalecido, a despeito da rota de recuperação trilhada pelo lado real da economia desde o mês de abril, resultante primordialmente da expansão produtiva, comercial e da liquidez da economia mundial e da maior capacidade de inserção externa das empresas brasileiras, depois da substancial reestruturação industrial verificada durante os anos 90.

De forma absolutamente equivocada, os gestores da Fazenda procuram atribuir o curso de reativação ao acerto da política econômica, sem perceber que com uma expansão média do PIB de 2,0% ao ano no triênio 2001-2003, o Brasil ficou bem atrás de emergentes como China (11,0% a.a.), Rússia (9,0% a.a.), Índia (7,0% a.a.) e os demais asiáticos (6,0% a.a.).

A agenda conjuntural continua congestionando o debate econômico, abrangendo itens como estratégia monetária do BC dos Estados Unidos, tendências das cotações do petróleo, comportamento da inflação (cheia e núcleo) e os respectivos riscos de não cumprimento das metas acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), risco país, superávits primários das finanças públicas, evolução da dívida pública, correntes de capitais externos (risco e empréstimo), entre outros aspectos.

É evidente que o permanente cuidado com o desempenho de tais variáveis revela-se crucial para o exercício de tomada de decisões dos gestores da economia, na direção da garantia da estabilização monetária e financeira e da pavimentação dos caminhos do crescimento econômico sustentado. O que preocupa, no entanto, é justamente a ausência na discussão política de pontos que integrem uma pauta de crescimento, contemplando o entrelaçamento de itens como política industrial, tecnológica e de comércio exterior, emprego, produtividade e padrão de financiamento.

Ao contrário, o lado real da economia só ganhou algum espaço no corrente ano por conta dos dividendos eleitorais capitalizados durante o período junho-outubro,

\*Economista, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor da FAE Business School, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES.

ainda assim com a ressalva de poder representar um problema para o equilíbrio macroeconômico, em razão dos perigos de ocorrência de superaquecimento da economia e, por extensão, da aceleração da inflação e do comprometimento dos superávits comerciais, essenciais para a diminuição da vulnerabilidade externa do País, representada pelos pagamentos dos serviços da dívida (juros e amortizações) e pelas remessas de lucros das empresas estrangeiras instaladas no território nacional.

---

*A descoberta de barreiras ao  
prosseguimento da recuperação  
econômica exigiria observação  
minuciosa de um abrangente  
conjunto de informações*

---

Rigorosamente, a descoberta de entraves à continuidade da recuperação, particularmente as pressões inflacionárias estruturais, dependeria de um exame bastante criterioso de um conjunto de informações capaz de abarcar o mercado de trabalho (formal e informal) em amplitude nacional e os níveis de custos (totais e específicos), eficiência e de utilização da capacidade produtiva, além das margens médias de rentabilidade e do grau de exposição à concorrência externa, de cadeias produtivas relevantes, em um ambiente econômico aberto, desindexado e com inflação residual.

A carência ou ao menos a não explicitação ou disponibilização desse aparato de apoio informacional vem tornando o Ministério da Fazenda refém de duas ordens de subsídios:

- a) pesquisas setoriais de periodicidade mensal efetuadas pelo IBGE ou por organizações de classe, cujos resultados ficam limitados em função do uso de metodologias e painéis amostrais diferentes e outras distorções de natureza estatística, principalmente quanto à precariedade dos dados básicos para a provisão das informações e dos indicadores;
- b) investigações qualitativas realizadas prioritariamente pelo BC, como a “Pesquisa Focus” e as “expectativas de mercado”, junto a grandes instituições financeiras e outra centena de agentes econômicos.

Mais precisamente, a postura austera do BC, na busca da convergência das metas de inflação e da conquista da credibilidade junto aos mercados, reflete uma dinâmica de elementos técnicos e de mercado. Pelo lado técnico, a posição defensiva do triunvirato monetário formado por BC, Conselho Monetário Nacional (CMN) e Copom é respaldada por indicadores do nível de atividade que embutem a base comprimida do ano anterior, as restrições das estatísticas básicas e o retardo temporal entre as medidas de política econômica e a reação da produção, do emprego, das receitas públicas e do investimento. Ressalte-se que o CMN é constituído pelos ministros da Fazenda (Presidente) e do Planejamento e

pelo presidente do BC, cabendo a este último o papel de secretário executivo do Conselho.

Na vertente que concentra as ligações com os mercados, há uma espécie de circuito fechado na produção de informações e nas escolhas de alternativas de orientação monetária oficial. O BC persegue o equilíbrio da equação juros *versus* inflação, levantando opiniões de seus interlocutores acerca da evolução futura de um grupo de variáveis, que são fortemente influenciadas pelo quadro prospectivo de ganhos e perdas dos informantes que, por seu turno, é afetado positivamente pelos juros elevados e pelas sinalizações da curva da taxa Selic.

Curiosamente, em todo esse exercício, os dados sobre a formação de preços em um sistema econômico aberto são praticamente negligenciados, como, por exemplo, a influência dos reajustes no câmbio e nas tarifas e as elevações da carga tributária, componentes de inflação de custos e de repressão dos investimentos em aumento de capacidade produtiva.

Até aqui, os sinais de inflação de demanda são insuficientes e/ou contraditórios, atestados pelos graus distintos de utilização da capacidade instalada, muitas vezes no interior da mesma cadeia produtiva, como a automobilística, na qual a base vem operando no limite técnico de saturação e a ponta, principalmente a fabricante de bens de consumo, trabalha com ociosidade. A correção do problema por intermédio da ampliação das importações esbarraria na rigidez das condições de oferta externa e nos maiores dispêndios com transporte em curto prazo. Porém, em horizonte temporal mais longo, é lícito imaginar a possibilidade de utilização de parcela dos enormes superávits comerciais para reequipamento industrial.

Em contrapartida, as pressões inflacionárias ainda estão localizadas nos reajustes das tarifas de serviços públicos, na elevação dos preços internacionais do petróleo e das *commodities*, na ampliação de impostos e no acréscimo de preços de produtos fabricados por segmentos oligopolizados, notadamente os que operam no limite da capacidade produtiva, que vêm aproveitando o estágio de recuperação para recompor margens, que foram reduzidas principalmente durante a recessão do primeiro semestre do ano passado.

Assim, em vez de trabalhar para a construção de elementos monetários sólidos para assegurar níveis crescentes de expansão econômica e declinantes de inflação, próximos daqueles apresentados pelos principais concorrentes brasileiros nos mercados globais, descontados os desvios proporcionados por ganhos específicos de produtividade ou por peculiaridades, o BC optou pela intransigência das metas de inflação.

Isso chegou ao ponto de o regime praticamente não comportar incremento do PIB potencial superior a 3,5% ao ano, calibrado pelo encurtamento do crédito e sancionado pela ineficiente concentração bancária, substituindo a inflação pelo desemprego. Na versão do BC, o hiato do produto (diferença entre o potencial e o efetivo) estaria demasiadamente estreito, mesmo com a economia brasileira registrando uma das menores

taxas de crescimento dentre os emergentes, conforme levantamentos do FMI.

Ainda que o modelo do BC incorpore as variáveis de crescimento, a prioridade absoluta recai no alcance das metas de inflação. No final das contas, a elevação dos juros compromete a já complicada gestão da dívida pública e restringe a recuperação dos investimentos, ao sinalizar o fôlego curto da reativação e a suposta ameaça inflacionária.

O aprimoramento do sistema de metas requereria a aferição e adoção do núcleo da inflação, para eliminar os efeitos sazonais, a ampliação do tempo de cumprimento, especialmente diante dos choques de oferta, e a renegociação os termos dos contratos de indexação das tarifas dos serviços públicos privatizados, por meio da troca do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) por índices que reflitam de forma mais precisa a matriz de custos setoriais.

Por tudo isso, não há como apagar a avaliação de que a orientação econômica do Governo Lula repousa na concatenação entre três eixos conjunturais: juros reais elevados, câmbio flutuante e superávits fiscais primários. Os juros altos permitem a atração de capitais e o alcance das metas de inflação de 5,5% e 4,5% para 2004 e 2005, respectivamente, com margem de escape de 2,5 pontos percentuais, sendo que a de 2005 foi alterada em setembro para 5,1%. Já a flutuação cambial atende ao requisito de redução da vulnerabilidade externa do País, e os saldos fiscais positivos cumprem o papel de conter o ritmo de expansão da dívida pública.

---

*A corrente desenvolvimentista tem destacado que a política econômica estaria prestes a enfrentar um bom desafio*

---

Em contraposição, a corrente desenvolvimentista tem procurado sublinhar que, pela primeira vez desde os constrangimentos gerados pela eclosão de uma sucessão de choques exógenos e endógenos entre o final de 1994 e 2002, a política econômica estaria prestes a enfrentar um bom desafio: a transformação da recuperação em crescimento sustentado.

Lembre-se de que os grandes espetáculos de instabilidade da era da globalização financeira foram protagonizados pelo México em 1994-1995, Ásia em 1997, Rússia em 1998, Brasil em 1999, Argentina entre 1999 e 2002, Estados Unidos em 2001, e o Brasil em 2001 e 2002, devido, respectivamente, à crise de suprimento de energia e à exacerbação das expectativas de ruptura das regras do jogo econômico com a possibilidade de vitória eleitoral da coligação de centro-esquerda.

Nesse particular, é quase consensual a interpretação acerca do caráter imperioso da criação de condições para incrementos expressivos nos investimentos em infra-estrutura (transportes e energia), incluindo a recuperação da capacidade de geração de poupança do setor público, e para a elevação das

inversões privadas, de forma a impedir as chances de articulação entre crescimento e inflação.

No caso do suprimento de energia elétrica, as avaliações correntes dão conta de um risco apagão em 2007 ou 2008, em condições de não concretização de programas de investimento da ordem de R\$ 20,0 bilhões/ano. A Agência Internacional de Energia (AIE) chegou a estimar recentemente necessidades de inversões de US\$ 450,0 bilhões na área, pelo Brasil, até 2030.

Além disso, é crucial a redução do custo do capital, a fixação de uma regulação adequada, a explicitação de uma política industrial, a definição de um padrão de financiamento, com forte presença e participação dos mecanismos financeiros oficiais operados pelo sistema BNDES e do crédito privado, e a operação de um regime cambial que favoreça o acréscimo das exportações, a substituição competitiva das importações e os investimentos em inovação. Isso se torna particularmente premente quando se considera a discrepância entre o *timing* da expansão da demanda e da ampliação da capacidade de oferta, normalmente de maturação longa, sobretudo na desobstrução dos gargalos de infra-estrutura.

De outra parte, deve ser perseguida a acumulação de reservas internacionais, visando assegurar maior autonomia à execução da política econômica interna e diminuir a dependência dos fluxos de capitais de curto prazo, a exemplo da China, Coréia do Sul, Índia e Rússia, que registram montantes de reservas cambiais líquidas de aproximadamente US\$ 400,0 bilhões, US\$ 150,0 bilhões, US\$ 100,0 bilhões e US\$ 80,0 bilhões, respectivamente, contra US\$ 25,0 bilhões do Brasil.

Nesse contexto, a austeridade monetária, conjugando a manutenção dos juros reais e dos depósitos compulsórios elevados (45,0% sobre os depósitos à vista e 15,0% sobre as demais modalidades de aplicações), imposta pelo formato de rolagem da dívida pública, abocanha parte expressiva das operações ativas dos bancos, ensejando a diminuição da concorrência entre as instituições financeiras e do crédito ao setor privado, que, presentemente, estaria em 26,0% do PIB.

Paradoxalmente, a restrição mais gritante à retomada do crescimento repousa no lado da oferta, sendo que o maior constrangimento reside no absoluto descumprimento dos requisitos de competitividade sistêmica pelo País, dada a precariedade na logística e na infra-estrutura, agravada pela impossibilidade de utilização de parte dos superávits primários em vista dos acordos com o FMI.

Paralelamente, a estratégia macroeconômica deveria contribuir para a deflagração de um curso de incremento dos níveis de atividade menos instável, reduzindo o emprego do arsenal *stop and go*. Nesse sentido, a permuta da responsabilidade pelo ajuste da contração monetária pela intensificação do arrocho fiscal deve ser examinada de forma bastante acurada.

A proposta e a conduta vitoriosas da Fazenda embutem a perversa e equivocada idéia de busca de um ajuste fiscal duradouro e crescente, enquanto são negociadas politicamente as reformas institucionais,

também conhecidas como microeconômicas, suficientes para facilitar a alocação dos recursos e melhorar a eficiência dos mercados.

Na visão ortodoxa essa seria a receita para a conquista de novos ganhos de confiança, a diminuição dos prêmios de risco e, conseqüentemente, o declínio estrutural dos juros. Essa tarefa ficaria facilitada pela soma dos desdobramentos tributários da recuperação da economia e da elevação dos tributos, que tem propiciado ao governo registrar sucessivos recordes de arrecadação.

O grande problema é que enquanto a suposta situação ideal não é alcançada, permanecem riscos de impulsão da dívida pública e de sobrevalorização cambial, favorecendo os interesses dos intermediários financeiros e minando as chances de viabilização de inversões em segmentos-chave de infra-estrutura e de sustentação dos superávits comerciais.

Se, de um lado, a obtenção de maiores superávits fiscais pode compensar os impactos da contração monetária sobre o déficit e a dívida pública, de outro, pode apresentar efeitos recessivos sobre o emprego e o investimento privado e público. O saldo primário das finanças públicas subiu de 3,6% em 2001 para 4,7% do PIB no acumulado dos doze meses encerrados em agosto de 2004, derivado da combinação entre acentuação do aumento da carga tributária e redução de dispêndios, especialmente os sociais, e investimentos em transportes, energia e saneamento. A elevação da cunha tributária propiciou, por exemplo, o incremento real de 12,0% do gasto público federal entre janeiro e julho de 2004.

Segundo dados levantados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda, os investimentos públicos (excluídos os das empresas estatais, os financiamentos internacionais e os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS) atingiram o menor valor real desde 1984 (R\$ 6,9 bilhões contra R\$ 6,1 bilhões). Ademais, as inversões públicas totalizaram R\$ 2,4 bilhões entre janeiro e setembro de 2004, correspondendo a 17,8% do valor aprovado na Lei Orçamentária para 2004.

De outra parte, a sugestão de estabelecimento de um Pacto Social para avaliar a atual etapa de recuperação, encampada por lideranças da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), mostra-se pouco factível diante da flagrante heterogeneidade das categorias sociais envolvidas e da crônica ausência de representatividade das entidades de classe no Brasil. Tal distorção poderia ser agravada pela complexidade das reformas institucionais que ainda precisam ser negociadas e aprovadas pelo Congresso Nacional.

O reconhecimento dessas dificuldades tem levado o governo a adotar providências típicas na área de bens de investimento (máquinas e equipamentos), como a Medida Provisória 219, contendo o Programa Investa Já. Nela estão colocados estímulos como a redução do prazo de devolução do PIS/Cofins incidente sobre a compra de quatro para dois anos, e a ampliação da parcela de depreciação anual de 10,0% para 20,0%.

Em contraposição, o CMN mantém a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em 9,75% ao ano, restringindo a confiança na sustentação do crescimento.

Nessas circunstâncias, as recentes decisões de elevação dos juros e de ampliação dos superávits fiscais de 4,25% para 4,50% do PIB podem contribuir para o cumprimento das metas de inflação. O argumento oficial baseia-se na idéia de que saldos fiscais adicionais, derivados de cortes de gastos correntes e destinados à amortização da dívida, abririam margens consistentes para a redução dos juros, e a recomposição da poupança pública (conta corrente do governo) e privada. Trata-se da tese da necessidade de sintonia fina entre as políticas monetária e fiscal, centrada em redução dos dispêndios de consumo do setor público, que resultaria na combinação entre estabilização inflacionária e crescimento econômico, fruto da queda nos juros e do declínio do componente público e elevação da parte privada da demanda agregada.

---

*Ao embutir o diagnóstico equivocado de inflação de demanda, a restrição monetária prejudica as decisões de investimento em ampliação da capacidade produtiva da economia*

---

Porém, ao carregar o diagnóstico equivocado de inflação de demanda, sobretudo nas estruturas de mercado concorrenciais, essas medidas prejudicam as decisões de incremento da oferta pela via do investimento, em virtude da repressão aos reajustes de preços, da ampliação do desemprego e da não consideração da articulação entre as demandas dos setores público e privado. Adicionalmente, ao estimular a entrada de recursos externos especulativos, a taxa de juros ainda provoca a sobrevalorização cambial, com efeitos negativos sobre as inversões dirigidas ao atendimento da demanda internacional.

No fundo, a criação de condições propícias ao investimento e ao crescimento de longo prazo requer a diminuição dos juros e dos tributos, a ampliação do crédito e a instituição de mecanismos adequados de financiamento, a desobstrução dos gargalos infra-estruturais e a restauração da competitividade cambial.

A passividade do governo ante a sobrevalorização do real pode comprometer a diversificação da pauta exportadora do País, por meio do avanço dos produtos de maior densidade tecnológica e menos sensíveis às flutuações cíclicas dos mercados, como as *commodities*. Aliás, levantamentos da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex) apontam diminuição de 11,3% na rentabilidade das exportações brasileiras entre janeiro de 2003 e agosto de 2004.

Enquanto isso não acontece, o País amarga a perda de posições na corrida mundial de competitividade. Tanto é assim que, de acordo com levantamentos da

Consultoria Internacional A. T. Kearney, realizados junto às mil maiores empresas do planeta, o Brasil despençou da 9.<sup>a</sup> para a 17.<sup>a</sup> posição no Índice de Confiança dos Investidores, referência da atratividade dos investimentos diretos estrangeiros (IDEs), entre 2003 e 2004. Foi a pior performance do País desde 1998, deixando-o atrás da Rússia (11.<sup>a</sup>) e da Polônia (12.<sup>a</sup>). O *ranking* é liderado pela China, EUA, Índia, Reino Unido e Alemanha.

Em direção semelhante, o Relatório Global de Competitividade, preparado pelo Fórum Econômico Mundial, organização não-governamental de consultoria à Organização das Nações Unidas (ONU), revelou que o Brasil ostentou o 57.<sup>o</sup> lugar em competitividade em 2003, depois de ter figurado na 54.<sup>a</sup> posição em 2002, apesar da queda dos juros e do risco país e dos superávits. A hierarquia de competitividade resultou de pesquisas qualitativas efetuadas junto a quase 9 mil empresários atuantes em 104 países. A lista de nações

mais competitivas é encabeçada por Finlândia, Estados Unidos, Suécia, Taiwan, Dinamarca e Noruega.

A despeito de ser o 29.<sup>o</sup> em sofisticação de operações empresariais e estratégia, o Brasil é o 47.<sup>o</sup> em ambiente de negócios e o 80.<sup>o</sup> em clima macroeconômico. Essas colocações comprometedoras podem ser atribuídas à prática das maiores cargas financeira (*spreads* bancários) e tributária do mundo e ao fato de o País figurar entre as doze nações com inflação mais elevada.

Ainda no tocante à competitividade, dados compilados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pela Fundação Dom Cabral, referentes ao intervalo 1997-2001, acusam passagem da 37.<sup>a</sup> para a 39.<sup>a</sup> posição no cenário mundial, em decorrência da mistura entre carências macroeconômicas (crédito e tributos), infra-estruturais (transportes e energia) e microeconômicas (especialmente a reduzida incorporação do progresso técnico).

---

## NOTA

<sup>1</sup>TAVARES, Maria da Conceição. Lições contemporâneas: despedida do debate econômico. **Folha de S. Paulo**, 19 set. 2004. Caderno Dinheiro, p. B2.

# Contas públicas: o aprofundamento da ortodoxia fiscal

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

No final do mês de setembro, o Ministério da Fazenda anunciou a elevação da meta de superávit primário para o ano de 2004, de 4,25% para 4,50% do PIB, reafirmando a posição da equipe econômica de direcionar o excedente de receita, assegurado pelo expressivo crescimento da arrecadação federal, ao pagamento dos encargos da dívida pública. Com isso, segundo o próprio governo, serão estabelecidas melhores condições para a estabilização da inflação, reduzindo as pressões para o aumento da taxa de juros.

Em uma avaliação sob a ótica da demanda, sabe-se que as medidas de política fiscal são pouco eficientes no controle dos repiques inflacionários, dada a defasagem dos seus efeitos sobre o nível de atividade. Além disso, deve-se considerar que o consumo do governo não vem sendo preponderante na recente retomada do crescimento econômico, apresentando variação positiva de apenas 1,4% no primeiro semestre deste ano, em comparação ao mesmo período de 2003, abaixo das taxas registradas pelos demais componentes da demanda, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. Isso significa que o aprofundamento do aperto fiscal terá influência inexpressiva no desempenho da economia e, conseqüentemente, no comportamento dos preços, não justificando a ampliação do superávit primário, especialmente no atual contexto de carência de investimentos em áreas estratégicas.

Em outras palavras, as novas limitações impostas ao gasto público têm como principal determinante a necessidade de gerar maior economia para o pagamento dos juros da dívida, prevalecendo a motivação financeira da contenção fiscal. Ou seja, a elevação de 0,25% na meta, que deverá garantir recursos adicionais de cerca de R\$ 4 bilhões, objetiva o respaldo ao aumento da taxa Selic, não correspondendo a uma medida que poderá permitir a flexibilização da política monetária, contrariamente aos argumentos oficiais.

Para evidenciar o peso dos encargos da dívida pública, os dispêndios com os juros nominais somaram R\$ 95,28 bilhões no acumulado dos nove primeiros meses de 2004, valor equivalente a 7,65% do PIB, superando o pronunciado superávit primário obtido no período (5,60% do PIB). Logo, o déficit nominal atingiu a marca de 2,05% do PIB, ainda sem refletir as recentes medidas contracionistas promovidas pelo Banco Central (tabela 1).

Como se sabe, os déficits no resultado nominal vêm sendo financiados principalmente por meio do aumento da dívida mobiliária interna. De janeiro a

setembro deste ano, enquanto o estoque de passivos externos registrou decréscimo da ordem de 2,29% do PIB, a dívida mobiliária interna apresentou expansão de R\$ 58,60 bilhões, cifra que correspondeu a 4,71% do PIB (tabela 2). A despeito das vantagens proporcionadas pela diminuição do endividamento junto a credores internacionais, o significativo crescimento do financiamento interno, pela via da emissão de títulos, vem aumentando a vulnerabilidade das contas públicas em relação a uma gestão monetária voltada ao forte controle das pressões sobre os preços.

TABELA 1 - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO - 2002-2004

DISCRIMINAÇÃO	NFSP (% do PIB)				
	2002		2003		2004
	Jan.-Set.	Ano	Jan.-Set.	Ano	Jan.-Set.
Nominal	2,55	4,58	5,12	5,22	2,05
Governo central	-0,29	0,75	3,89	4,10	0,74
Governos regionais	2,56	3,83	1,64	1,78	2,14
Empresas estatais	0,28	0,01	-0,41	-0,67	-0,83
Juros nominais	7,43	8,47	10,26	9,58	7,65
Governo central	2,83	3,12	7,43	6,66	4,55
Governos regionais	3,53	4,62	2,67	2,69	3,36
Empresas estatais	1,07	0,74	0,16	0,23	-0,26
Primário	-4,88	-3,89	-5,14	-4,37	-5,60
Governo central	-3,12	-2,37	-3,55	-2,56	-3,81
Governos regionais	-0,98	-0,79	-1,03	-0,91	-1,22
Empresas estatais	-0,79	-0,73	-0,57	-0,90	-0,57

FONTE: BCB

NOTA: (+) déficit (-) superávit.

TABELA 2 - FONTES DE FINANCIAMENTO DO DÉFICIT NOMINAL - 2002-2004

DISCRIMINAÇÃO	FINANCIAMENTO (% PIB)				
	2002		2003		2004
	Jan.-Set.	Ano	Jan.-Set.	Ano	Jan.-Set.
Fontes	2,55	4,58	5,12	5,22	2,05
Financiamento interno	0,83	2,75	6,14	6,24	4,34
Dívida mobiliária	1,06	0,25	9,10	8,08	4,71
Dívida bancária	-0,79	1,12	-1,66	-2,07	0,26
Demais	0,55	1,38	-1,30	0,23	-0,62
Financiamento externo	1,72	1,83	-1,02	-1,02	-2,29

FONTE: BCB

\*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

Tal fragilidade é acentuada pela elevada indexação da dívida mobiliária federal à variação da taxa Selic, refletindo, entre outros fatores, a disposição do governo de promover uma menor exposição cambial e a preferência dos investidores por papéis que assegurem maior rentabilidade. Tanto é assim que os títulos atrelados ao câmbio respondem atualmente por 11,2% da dívida mobiliária federal, ante uma participação de 32,3% no início de 2003, em contraposição à crescente participação dos papéis remunerados pela taxa Selic, que saltou de 41,9% em janeiro de 2003 para 48,4% em setembro deste ano. Nesse sentido, cabe destacar ainda a participação ascendente dos títulos prefixados, que passou de 1,7% para 15,9% no período em questão, desvinculando parte da dívida das oscilações das taxas de câmbio e de juros.

Portanto, as elevações da taxa Selic ocorridas nos últimos dois meses terão impactos razoáveis sobre o montante dos passivos acumulados pelo setor público. Segundo dados do Banco Central, os juros nominais já foram responsáveis por um impacto negativo de 5,4% do PIB na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) neste ano, anulando o superávit primário como redutor efetivo do endividamento governamental, uma vez que o referido item produziu efeito positivo de 4,0% do PIB (tabela 3).

Tornando nítidos os benefícios da estabilidade da cotação do dólar, o ajuste cambial propiciou redução de 0,1% do PIB na DLSP no acumulado janeiro-setembro de 2004, em contraponto à forte pressão altista ocorrida em 2002, ano marcado pela considerável desvalorização do real. Da mesma maneira, o reconhecimento de

passivos contingentes, jornalisticamente conhecidos como “esqueletos”, já não exerce influência negativa sobre a dívida pública, após ajustes realizados até o exercício de 2002.

TABELA 3 - FATORES CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - 2002-2004

DISCRIMINAÇÃO	EFEITO (% PIB)		
	2002	2003	2004 <sup>(1)</sup>
Dívida líquida total – saldo	55,5	58,7	53,7
Dívida líquida – variação acumulada no ano	2,9	3,2	-5,0
Fatores condicionantes	13,9	2,1	1,6
Necessidades de financiamento do setor público	3,9	5,1	1,5
Primário	-3,3	-4,3	-4,0
Juros nominais	7,2	9,3	5,4
Ajuste cambial	9,3	-4,1	-0,1
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	4,8	-1,5	-
Dívida externa – metodológico	4,4	-2,7	-0,1
Dívida externa – outros ajustes	-	1,1	0,2
Reconhecimento de dívidas	0,9	-	-
Privatizações	-0,2	-	-
Efeito do crescimento nominal do PIB	-11,0	1,2	-6,6

FONTE: BCB

(1) Até o mês de setembro.

No entanto, o crescimento econômico é o principal fator condicionante da queda da relação DLSP/ PIB em 2004, produzindo efeito positivo da ordem de 6,6% do PIB, não deixando dúvida quanto ao papel fundamental da expansão da renda interna no equilíbrio do endividamento, assim como na recomposição da capacidade de investimento do setor público.

# O Brasil e os impasses do Mercosul<sup>1</sup>

Gilmar Mendes Lourenço\*

O presente artigo busca descrever os pontos explicativos das freqüentes restrições impostas pelo governo argentino à entrada de produtos brasileiros naquele país e suas conseqüências sobre as iniciativas de restauração do Mercosul. O texto aborda os antecedentes e a constituição do Mercosul, levanta os avanços comerciais e os problemas institucionais e macroeconômicos verificados desde o lançamento do bloco comercial e esboça alguns argumentos relevantes à discussão das alternativas de superação dos impasses.

A decisão do presidente argentino, Néstor Kirchner, de estabelecer unilateralmente restrições às importações daquele país de produtos eletrodomésticos de linha branca procedentes do Brasil, às vésperas de uma Reunião de Cúpula do Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado há 14 anos, serviu apenas para destacar as nada desprezíveis contradições predominantes na operação do Mercado Comum, sobretudo aquelas de caráter institucional e de coordenação macroeconômica, que acabam ocasionando disputas comerciais em áreas como de tecidos, confecções, calçados, carnes, eletrodomésticos, aço, autopeças, veículos, máquinas e equipamentos, dentre outras.

As bases do Mercosul foram lançadas em novembro de 1985, com a assinatura da Declaração do Iguazu pelos Presidentes da Argentina, Raul Alfonsín, e do Brasil, José Sarney, objetivando deflagrar um Programa de Cooperação Técnica e Econômica, que ensinasse, às duas economias, a priorização de iniciativas de complementaridade e a adoção de técnicas produtivas e gerenciais mais eficientes. Entretanto, os cenários de estagflação – fruto da capacidade de um sistema econômico funcionar com a convivência entre recessão e hiperinflação –, prevalentes nos dois países durante a segunda metade dos anos 80, praticamente inviabilizaram a intensificação da aproximação comercial.

Ainda assim, havia a premência de construção de um processo de aprofundamento da integração comercial externa dos países em desenvolvimento, de acordo com os padrões do “Novo Regionalismo”, definidos pela globalização e reproduzidos em acordos bilaterais e multilaterais, que começaram a ganhar corpo em fins dos anos 80, por meio da evolução das negociações para a formação de uma área de livre comércio entre Estados Unidos e Canadá (um embrião do Nafta, com a inclusão do México) e a estruturação da União Européia.

Nessa perspectiva, em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, foi instituído o Mercosul, formado pelos quatro países da Bacia do Rio da Prata: Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Em janeiro de 1995, com o Tratado de Ouro Preto, o mercado foi reconhecido como personalidade jurídica de direito internacional, com o poder de celebrar acordos. Passou ainda a vigorar a União Aduaneira, um grau superior de integração, cobrindo cerca de 90% do universo de produtos, e foi assinado um acordo de adesão com Chile e Bolívia, que se tornaram parceiros privilegiados do novo bloco.

Apesar das situações de instabilidade macroeconômica dos principais parceiros (Brasil e Argentina) ou da insuficiência de condições favoráveis à consolidação da estabilização – por conta do câmbio fixo e da instauração das crises mexicana, asiática, russa, brasileira e argentina –, contabilizaram-se grandes avanços nas relações comerciais.

Tanto é assim que a fatia do Mercosul nas exportações brasileiras passou de 4,2% em 1990, antes da celebração do tratado de livre comércio, para 17,3% em 1998. Desde então, a participação do Mercosul nas vendas externas do Brasil ingressou em uma rota cadente, motivada pelos efeitos das instabilidades internacionais e da ausência de articulação entre os arranjos macroeconômicos brasileiro e argentino, alcançando o piso de 5,5% em 2002, auge da recessão no país vizinho, e subindo para 7,8% em 2003, como efeito da recuperação da economia argentina (tabela 1).

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DO MERCOSUL NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1990-1991/1995/1998-2003

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)
1990	4,2
1991	7,3
1995	13,2
1998	17,3
1999	14,1
2000	14,0
2001	10,9
2002	5,5
2003	7,8

FONTE: MDIC/SECEX

\*Economista, coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, professor da FAE Business School, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao mesmo tempo, a sustentação institucional do mercado foi colocada à prova várias vezes. Conforme levantamento preparado pelo Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (Decom/Secex/MDIC), referente ao exercício de 2003, “a Argentina é a terceira colocada em medidas restritivas contra as exportações brasileiras – só perde para os EUA e o Canadá”.<sup>2</sup>

---

*O embargo atual é mais um evento de um processo de embates comerciais e de adoção de medidas protecionistas*

O embargo atual representa mais um evento ou etapa de um processo de embates comerciais e de emprego de providências protecionistas seletivas em meio à formação e consolidação do Mercosul, como a sobretaxação do açúcar e a feitura de acordos voluntários fixando cotas de exportações de produtos têxteis do Brasil para a Argentina.

Foram instituídas licenças prévias especiais – ainda a serem regulamentadas pela lei de barreiras, sob o argumento de incentivar a produção nacional, elevar a produtividade industrial e estabilizar os preços – para a entrada de geladeiras, máquinas de lavar roupas e fogões brasileiros no território argentino e criada tarifa provisória de 21,0% incidente sobre o valor dos aparelhos de tvê importados e fabricados na Zona Franca de Manaus.

As trincheiras dos impasses comerciais poderão ser expandidas com a incorporação de produtos como calçados, frangos, automóveis e máquinas agrícolas na lista de restrições e a imposição de percurso único para os veículos de transporte brasileiros com mercadorias direcionadas ao mercado chileno, medida que prejudicaria sobremaneira a economia do Rio Grande do Sul.

O lançamento desses expedientes protecionistas, ou de salvaguardas comerciais contra produtos oriundos do Brasil, reforçou a retórica e a imagem nacionalista do presidente argentino e refletiu a reduzida capacidade da diplomacia do país em exercitar negociações em regimes de integração e de aprofundamento do bloco regional.

Ao mesmo tempo, o anúncio das barreiras evidenciou as reduzidas saídas para a crise estrutural instalada na Argentina desde o primeiro Governo Menem, nos anos 90, quando a intransigente manutenção da estratégia antiinflacionária, ancorada no câmbio fixo, comprometeu a competitividade da economia do país, gerando expressivos déficits comerciais e dificuldades de financiamento das suas contas externas.

No fundo, trata-se de uma tentativa argentina visando à obtenção de concessões comerciais, resultantes de entendimentos entre os representantes do setor privado dos dois países na direção da fixação de cotas de exportações do Brasil, o que neutralizaria as investidas brasileiras junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Só que os acordos firmados revelaram-se bastante desfavoráveis ao Brasil. Por exemplo, a fixação de cota de entrada de 18 mil geladeiras/mês oriundas do Brasil corresponde aproximadamente à metade do nível avaliado como adequado para um mercado que cresce mais de 20,0% ao ano. Em paralelo, enquanto passou a limitar as importações de geladeiras do Brasil, a Argentina concedeu autorização para o ingresso desses bens fabricados no Chile, México, Tailândia, Coreia do Sul e Estados Unidos.

Na prática, houve o rompimento do acordo que estipulava a atendimento de 50,0% do mercado argentino de linha branca com produtos brasileiros, o que representava cerca de ¼ das vendas externas de máquinas de lavar roupa, fogões e geladeiras feitas pelo Brasil. Diante disso, segundo levantamentos da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), algumas empresas estão reduzindo a ocupação de mão-de-obra nas linhas de produção afetadas pelas restrições comerciais, por intermédio da realização de remanejamentos, da concessão de férias coletivas e até de demissões.

Não se pode ignorar que as alterações nas regras cambiais em 2002 não conseguiram curar as seqüelas deixadas pela política anterior nem reverter a situação de desinteresse dos aplicadores internacionais pelo mercado argentino, a ponto de o país ser forçado a decretar a moratória da dívida externa naquele ano. No cerne da questão repousa a obsolescência (defasagem tecnológica) do parque industrial argentino, em função de uma abertura econômica decidida em um ambiente político autoritário, a partir da segunda metade dos anos 70, acompanhada da extinção de incentivos setoriais e desprovida de mecanismos contemporâneos de proteção, ou de adaptação, das atividades manufatureiras nacionais, que foram praticamente eliminadas do mapa da globalização.

O retorno da democracia, combinando incursões protecionistas e populistas, logrou êxito na derrubada da hiperinflação, mas não conseguiu resgatar os requisitos pró-modernização. Isso porque a sobrevalorização cambial da década de 1990 foi empregada como âncora eleitoral, garantida pela “lei da conversibilidade”, em vez de ser utilizada como instrumento de modernização industrial – contando inclusive com a passividade da União Industrial Argentina –, fato que torna pouco convincente, do ponto de vista técnico, o argumento do atraso e, conseqüentemente, de defesa da indústria local.

Mesmo a tese das reduzidas escalas de produção da indústria argentina pode ser derrubada pela ocorrência da abertura plena do mercado brasileiro depois de 1995, comprovada pelo superávit acima de US\$ 10,0 bilhões no intercâmbio comercial da Argentina com o Brasil desde o início de vigência da União Aduaneira. Na verdade, ainda que, sob regimes cambiais semelhantes, fatores como eficiência e escala possam representar diferenciais, é razoável admitir a multiplicação de dificuldades competitivas na vigência da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) para um sistema industrial que não teria capacidade competitiva *vis-à-vis* o brasileiro.

A concretização da recuperação econômica, sustentada na ocupação das margens de ociosidade acumuladas durante o ciclo recessivo, do desmanche das pressões inflacionárias e do resgate da competitividade cambial, em ritmo mais pronunciado na Argentina do que no Brasil, provocou forte inversão de sinal na conta de comércio entre os dois países no primeiro semestre de 2004, com superávit de US\$ 0,5 bilhão para o Brasil.

Mais precisamente, a impulsão das compras externas de bens de consumo duráveis provenientes do Brasil decorreu da reativação do consumo reprimido naquele país, pois a recessão encarregou-se de colocar praticamente a metade da população argentina abaixo da linha de pobreza, e da concessão de linhas de crédito às importações por parte dos vendedores brasileiros, expediente eliminado pelo resto do mundo depois da decretação da moratória.

É preciso entender que os desarranjos do Mercosul têm raízes institucionais e econômicas. Pelo ângulo institucional aparece a heterogeneidade alfandegária na origem das importações. O Mercosul configura uma União Aduaneira imperfeita, conferindo tratamento tarifário não homogêneo às compras efetuadas fora do bloco comercial.

O mercado opera como uma suposta área de livre comércio, na qual os impostos de importação sobre os produtos fabricados e transacionados intrabloco foram praticamente zerados, apesar das imensas listas de exceções, enquanto os bens originários de terceiros países estão sujeitos a tributação diferenciada, a despeito da vigência da Tarifa Externa Comum (TEC) desde 1994, que, inclusive, é cobrada de forma cumulativa ao cruzar mais de uma fronteira.

Essa distorção, somada à não implantação de acordos estipuladores de regras de origem, capazes de impedir o ingresso de um produto de fora do bloco com alíquota reduzida e, na seqüência, com imposto zerado em outro país, estimula o emprego de controles internos mais rigorosos que podem diminuir drasticamente os benefícios do comércio intrabloco.

Pelo lado econômico emerge a ausência de coordenação entre as estratégias de ajustamento praticadas pelos países membros, principalmente Argentina e Brasil, interferindo, de forma decisiva, no surgimento de situações de instabilidade nas correntes de comércio e de investimento, a exemplo do episódio de janeiro de 1999, ocasião em que o Brasil promoveu a desvalorização e a mudança do regime cambial (de semifixo para flutuante), e a Argentina manteve o sistema de paridade do peso com o dólar, amparado em Lei, conforme já assinalado. De pronto, a Argentina adotou embargos comerciais, forçando, por parte do Brasil, o acionamento do Tribunal Arbitral por várias vezes e o registro de duas apelações junto à OMC, no caso de têxteis e frangos.

A assimetria das estratégias macroeconômicas provoca a definição de objetivos de alianças distintos com outros países ou blocos, oportunizando posições

como a do México, pleiteando o tratamento de membro associado do Mercosul e preservando sua participação privilegiada no Nafta.

---

*A ação protecionista argentina coincidiu com o estágio final das negociações para a celebração de um acordo com a União Européia*

---

O mais gritante, porém, é que a ação protecionista argentina coincidiu com o estágio final das negociações para a celebração de um acordo com a União Européia, com prazo até outubro e, principalmente, com a preparação de propostas comuns para a rodada de negociações comerciais multilaterais de Doha, visando à maior liberalização dos mercados e à derrubada de barreiras tarifárias e não-tarifárias, curiosamente impostas no próprio Mercosul.

Ressalte-se que Doha conferirá prioridade aos problemas agrícolas, negligenciados na Rodada do Uruguai e minimizados na Reunião de Cancún, ocorrida em setembro de 2003. Já as conversações com os europeus estariam centradas na tentativa de reduzir as barreiras protecionistas daquele continente, por meio da ampliação das cotas de produtos agrícolas procedentes do Mercosul e da diminuição das tarifas extracotas.

Aliás, o primeiro *round* do embate diplomático-comercial foi vencido pela União Européia. Tirando proveito da crise entre Brasil e Argentina, na Reunião de Bruxelas, ocorrida em julho de 2004, os europeus apresentaram não apenas uma proposta retrógrada de abertura dos mercados agrícolas – anunciando que as cotas fixadas para as exportações do Mercosul não seriam implantadas de imediato, e sim escalonadas em uma década – como também forçaram a obtenção de concessões adicionais, sobretudo a abertura de 60,0% dos mercados de produtos industriais, serviços (transportes e bancos) e compras governamentais, ao cabo de dez anos.

Evidentemente, como o lançamento de proposições de acordo contemplando a fixação de cotas restritas ao agronegócio e a cobrança de tarifas de importação fora das cotas resultariam benefícios marginais e diminuiriam o poder do Mercosul em negociações subseqüentes, os coordenadores do bloco optaram por interromper as conversações. Convém lembrar que as concessões feitas à União Européia representarão uma espécie de piso referencial quando da retomada da pauta da Alca, depois das eleições presidenciais nos Estados Unidos.

No final de outubro de 2004, Mercosul e União Européia optaram por postergar para uma data não definida o término das negociações entre os dois blocos para a constituição de uma área de livre comércio.

Nesse sentido, mesmo tendo fracassado, depois de nove anos, a manutenção da União Aduaneira do Mercosul asseguraria aos países integrantes a

possibilidade de, por exemplo, continuar negociando com a União Européia, dado que os representantes do bloco não estão autorizados a travar discussões em separado. Ainda assim, sobressaem as formas diferenciadas de encaixe de cada país no pacto comercial, por conta dos distintos patamares de suas estruturas produtivas.

Por tudo isso, a integração concreta do Mercosul dependeria da montagem e implementação conjuntas de mecanismos decisórios e de instrumentos desburocratizados para o equacionamento de controvérsias e de confrontos comerciais, capitaneados pelo Tribunal Permanente de Revisão para Solução de Controvérsias, criado na 26.<sup>a</sup> Reunião de Cúpula realizada em Puerto Iguazú (Argentina), no início de julho de 2004, que pode redundar em um código aduaneiro que sobreponha as regras às exceções e que elimine o contencioso comercial existente.

---

*A restauração do Mercosul só deveria interessar ao Brasil se atendesse aos objetivos de inserção do País nos mercados mais dinâmicos do mundo*

---

O que não se pode admitir é a transformação de uma desvantagem – o crescente atraso científico e tecnológico do setor industrial – em um trunfo pela Argentina. Até porque a execução do eixo da receita do Consenso de Washington pela Argentina no decênio de 1990 suprimiu qualquer espaço para a perseguição de ganhos em combate à inflação e produtividade amparados em comportamentos protecionistas.

Nessa perspectiva, as condutas defensivas da Argentina e a falta de ousadia do Brasil tornaram o episódio das barreiras de 2004 um fator de enfraquecimento do poder do Mercosul nos diálogos e discussões das propostas para a implantação da Alca, nas negociações multilaterais no âmbito da OMC e nas conversações para

a assinatura de acordos comerciais com outros blocos e/ou mercados, como a União Européia.

Na mesma linha, é necessário entender que a restauração do Mercosul só deveria interessar ao Brasil se atendesse aos objetivos de inserção do País nos mercados mais dinâmicos do mundo e não à ingênua meta de modificação da geografia comercial do planeta, que aconteceria por meio da liderança de uma coalizão dos países do Terceiro Mundo. Igualmente exageradas são as apostas no fortalecimento continental ditado pela união de blocos sub-regionais, caso da oficialização do pacto de livre comércio do Mercosul com a Comunidade Andina da Nações (CAN), integrada por Peru, Equador, Venezuela, Bolívia e Colômbia.

O acordo foi registrado na Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento e Integração (Aladi), durante reunião acontecida em outubro de 2004, em Montevideu, e seria a base para a formação da Comunidade Sul-Americana das Nações, ainda em 2004 – que deixaria de fora apenas a Guiana e o Suriname –, e mesmo para a integração latino-americana, com a participação do México e de Cuba.

Uma alternativa ao País seria perseguir, de forma insistente, a montagem de acordos com outras nações em desenvolvimento com apreciável escala de negócios, como China, Índia e África do Sul. Mesmo porque, negligenciando qualquer relevância diplomática, o Paraguai está tentando celebrar isoladamente um acordo com Taiwan, enquanto o Uruguai e a Argentina buscam negociar, de forma unilateral, com o México. Tudo isso sem contar os interesses heterogêneos dos quatro membros nas conversas para a implantação da Alca. Em perspectiva análoga, os países andinos têm manifestado o interesse prioritário na celebração de acordos comerciais com os EUA.

Por fim, o fortalecimento cooperativo e integrado do Mercosul exige metas convergentes de taxa de câmbio, juros, inflação, déficit público e em transações correntes, carga e estrutura tributária, incentivos fiscais e financeiros, entre outros ingredientes.

## REFERÊNCIAS

- LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense nos anos 90**: um modelo de interpretação. Curitiba: Ed. do Autor, 2000. 99p.
- OLIVEIRA, Gesner. O jogo Brasil e Argentina. **Folha de São Paulo**, 24 jul. 2004. Caderno Dinheiro, p. B2.

---

## NOTAS

<sup>1</sup>A primeira versão deste texto foi apresentada no I Seminário de Gestão de Negócios, promovido pela FAE Business School, nos dias 13 e 14 de outubro de 2004, em Curitiba.

<sup>2</sup>OLIVEIRA, Gesner. O jogo Brasil e Argentina. **Folha de S. Paulo**, 24 jul. 2004. Caderno Dinheiro, p. B2.

# As operações de crédito e o ambiente macroeconômico

Jennifer França Zacarias Silva\*

Este texto apresenta uma sucinta avaliação das relações entre o ambiente macroeconômico e a contratação de operações de crédito pelas empresas. A abordagem desse tema é justificada principalmente pelo papel fundamental do crédito tanto nas escolhas empresariais voltadas ao aproveitamento das oportunidades de investimento quanto na determinação dos volumes de recursos requeridos para a concretização dos diferentes projetos.

Inicialmente, serão colocados alguns conceitos relevantes ligados ao assunto. À exceção das operações de curto vencimento, é correto afirmar que o crédito contratado compõe a estrutura de capital, compreendida como o conjunto das fontes de financiamento de longo prazo utilizadas pela empresa. Logo, a estrutura de capital não pode ser confundida com a estrutura financeira, conceito que inclui também o Passivo Circulante do Balanço Patrimonial<sup>1</sup>.

Tais definições são necessárias devido à importância da estrutura de capital na definição das estratégias empresariais. Para efetivar seus projetos de investimento, além dos recursos de terceiros, as empresas podem recorrer a um outro componente da estrutura de capital, representado pelo capital próprio, que inclui a subscrição de ações, a utilização de lucros e a injeção de recursos pelos acionistas.

Como se sabe, a combinação ótima entre as duas fontes de recursos (próprias e de terceiros) é alcançada com a minimização do custo de capital. Ou seja, a estrutura de capital ideal é a que reduz ao máximo a remuneração dos agentes financiadores, estabelecendo melhores condições para a liquidação ou a amortização dos financiamentos.

No Brasil, o elevado custo de capital é resultado principalmente da remuneração exigida pelas instituições financeiras, refletindo a política monetária em vigor. Em consequência dos juros altos, o volume de crédito concedido no Brasil é baixo, atingindo apenas 26,08% do PIB em 2003 (considerando somente o crédito concedido ao setor privado), segundo dados do Banco Central. A título de comparação, a relação crédito/PIB chega a 120% na Alemanha, 149% nos EUA e 80% no Canadá. O Brasil está acima de poucos países emergentes, como o México, a Indonésia e a Argentina<sup>2</sup>.

Mesmo diante desse quadro, os empréstimos bancários predominam no financiamento de projetos empresariais. Segundo pesquisa recente<sup>3</sup>, eles são a

fonte preferencial de recursos das empresas brasileiras, seguidos da emissão de ações e da retenção de lucros. Na referida pesquisa, constatou-se ainda que as empresas agem de forma oportunista na escolha das fontes de financiamento, não se preocupando em manter uma estrutura de capital estática, privilegiando as melhores condições para a captação de recursos. Diante dessa contradição, considerando os altos encargos do crédito bancário, confirma-se a falta de tradição das empresas brasileiras na captação pela via do mercado de capitais, derivada, entre outros fatores, da demora natural no processo de subscrição de ações. Além disso, os baixos níveis de rentabilidade das empresas, decorrentes do ambiente econômico pouco favorável, limitaram a retenção de lucros como fonte de financiamento nos últimos anos.

Neste contexto, vale destacar o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nas atividades de concessão de crédito. Durante o período de janeiro a agosto de 2004, o BNDES desembolsou R\$ 22,4 bilhões em créditos, valor 45% superior ao registrado em igual período do ano anterior, quando o total de liberações ficou em R\$ 15,5 bilhões. Os ramos de atividade que receberam os maiores volumes de recursos foram o Comércio/Serviços, com R\$ 10,8 bilhões, e a Indústria de Transformação, com R\$ 9 bilhões<sup>4</sup>.

O BNDES oferece diferentes modalidades de crédito, destacando-se o Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame), o Financiamento a Empreendimentos (Finem), o Cartão BNDES e o BNDES Automático.

O Finame atende projetos de financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional, sem limite de valor. Em linhas gerais, os encargos do Finame são compostos pelos custos financeiros (determinados pela TJLP e pela variação de algumas moedas estrangeiras, no caso de captação externa de recursos), somados à remuneração do BNDES (variável de 1% a 4% ao ano) e à da instituição financeira credenciada, quando houver. O prazo máximo de vencimento para financiamentos de até R\$ 10 milhões é de 60 meses, e para valores acima dessa cifra, o prazo é definido em função das características do empreendimento.

\*Acadêmica de Administração, estagiária do IPARDES.

A linha BNDES Automático disponibiliza financiamentos de até R\$ 10 milhões para a realização de projetos de implantação, expansão e modernização de empresas, incluindo a aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional, e o capital de giro. As taxas de juros são determinadas como no Finame, e o prazo do financiamento é definido de acordo com o empreendimento. Já o Finem assemelha-se ao BNDES Automático, porém destina-se a financiamentos superiores a R\$ 10 milhões.

Por fim, o Cartão BNDES oferece financiamentos com limite máximo de R\$ 50 mil para aquisição de bens credenciados pelo BNDES, destinando-se a micro, pequenas e médias empresas. Os custos são determinados por uma anuidade cobrada pelo banco emissor (aprovado pelo BNDES) e por uma taxa de juros atrelada à remuneração das Letras do Tesouro Nacional.

Nos últimos anos, os financiamentos do BNDES cresceram de forma significativa, totalizando R\$ 90,52 bilhões em agosto de 2004 (valor referente à posição do crédito acumulado até o referido mês), o que corresponde a um incremento de 80,88% em relação a agosto de 2000. Esse montante representa aproximadamente 20,88% do total de recursos concedidos pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), confirmando a representatividade do BNDES nas operações de concessão de crédito.

Levando em conta o total de financiamento ao setor privado, nota-se uma estreita relação entre a evolução do crédito e as condições do ambiente macroeconômico. Tanto é assim que, no período recente, as maiores variações positivas do montante de crédito foram registradas em 1994 e 1995, exercícios marcados pelo abrupto declínio dos índices de inflação e pelas satisfatórias taxas de crescimento econômico (tabela 1).

O crédito cresceu a taxas razoáveis também em 1997 e 1998, refletindo as favoráveis condições para a contratação de financiamentos derivadas do regime de câmbio fixo, que reduziu os encargos dos empréstimos atrelados ao dólar. Porém, com a adoção do câmbio livre, em janeiro de 1999, houve decréscimo do crédito concedido ao setor privado, o que pode ser atribuído também a elevação da taxa Selic, medida que objetivava o controle das pressões inflacionárias decorrentes do término da paridade cambial. Nos últimos anos, pode-se afirmar que o crédito pelo sistema financeiro evoluiu de forma irregular, registrando considerável aumento em 2000, ano marcado pela gradual redução da taxa de juros e pelo crescimento do PIB, e significativos decréscimos em 2001 e 2002, quando a crise energética e a tensão pré-eleitoral influenciaram o desempenho econômico.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO CONCEDIDO AO SETOR PRIVADO - BRASIL - 1993-2004

ANO	CRÉDITO <sup>(1)</sup>		INDICADORES ECONÔMICOS (%)				
	Valor (R\$ milhões)	Var. (%)	Taxa Selic <sup>(2)</sup>		IPCA	Câmbio <sup>(3)</sup>	PIB
			Min.	Máx.			
1993	375 143	-	1 441,45	5.902,82	2 477,15	1 887,21	4,92
1994	469 231	25,08	53,25	15 710,86	916,46	498,13	5,85
1995	523 501	11,57	41,22	85,47	22,41	14,31	4,22
1996	488 914	-6,61	23,28	36,11	9,56	6,44	2,66
1997	515 059	5,35	19,04	45,90	5,22	6,78	3,27
1998	550 488	6,88	19,23	41,58	1,66	7,63	0,13
1999	484 891	-11,92	18,91	43,25	8,94	22,70	0,79
2000	506 022	4,36	16,19	18,94	5,97	8,85	4,36
2001	480 823	-4,98	15,20	19,06	7,67	20,89	1,31
2002	430 230	-10,52	17,84	23,03	12,53	52,48	1,93
2003	432 564	0,54	16,91	26,32	9,30	-14,92	-0,22
2004 <sup>(4)</sup>	433 581	0,24	15,77	16,32	5,36	5,30	-

FONTES: Banco Central, IBGE

(1) Posição do montante de crédito em dezembro de cada ano. Em valores de agosto de 2004, com correção pelo IGP-DI.

(2) Taxa mínima e máxima em cada exercício. Taxa Over/Selic acumulada no mês, anualizada.

(3) Em cada ano, taxa média de câmbio do mês de dezembro comparada à taxa média do mês de janeiro, à exceção de 2004 (agosto em relação a janeiro).

(4) Posição do montante de crédito em agosto de 2004. Taxa Selic e IPCA referentes ao acumulado do período janeiro-agosto de 2004.

## NOTAS

<sup>1</sup>LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

<sup>2</sup>CANDIOTA, Luiz Augusto de Oliveira. **Crédito e desenvolvimento econômico**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?APRES0005>>. Acesso em: 28 out. 2004.

<sup>3</sup>EID JÚNIOR, Willian. **Custo e estrutura de capital: o comportamento das empresas brasileiras**. Disponível em: <<http://www.fgvsp.br/gvcef/EstruturaCapital.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2004.

<sup>4</sup>DESEMBOLSOS do BNDES superam R\$ 22 bilhões, resultado 45% superior ao do ano passado. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/noticias/not875.asp>>. Acesso em: 28 out. 2004.

# A evolução da cotonicultura no Brasil e no Paraná

Amanda Rasmussen Zimovski e Ronald Jesus da Conceição\*

O presente artigo objetiva descrever, de forma sucinta, a evolução da cotonicultura brasileira, procurando focar os principais fatores determinantes do recente desempenho do segmento. Em seguida, destaca-se a trajetória da produção de algodão no Paraná nas últimas décadas, em um contexto de reordenamento espacial e produtivo no País.

Inicialmente, observa-se que houve decréscimo significativo na produção nacional de algodão a partir do final dos anos 80. Em 1985, a produção atingiu 2,67 milhões de toneladas, enquanto na safra de 1995 apenas 1,44 milhão de toneladas foram produzidas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Posteriormente, a produção apresentou recuperação, chegando a 2,64 milhões de toneladas em 2001.

Já a área plantada de algodão caiu de 3,7 milhões de hectares na safra de 1985 para apenas 714,2 mil hectares em 2003, com redução de 80,7%. A queda proporcionalmente maior da área em relação à produção se deve à elevação do rendimento médio das lavouras. De uma produtividade de 722 kg/ha no ano de 1985, o Brasil passou para 3.122 kg/ha em 2003 (tabela 1), com crescimento de 332,4% no período.

TABELA 1 - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE ALGODÃO HERBÁCEO - BRASIL - 1985/2003

ANO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
1985	3 700 000	2 670 000	722
1990	1 516 168	1 783 175	1 176
1995	1 121 814	1 441 526	1 285
2000	811 848	2 007 102	2 472
2001	893 150	2 643 524	2 959
2002	763 992	2 166 014	2 835
2003 <sup>(1)</sup>	714 176	2 195 572	3 122

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

(1) Levantamento sistemático da produção agrícola.

No que tange ao comércio exterior, o Brasil participou ativamente do mercado internacional de algodão como exportador durante a década de 1980. Porém, a partir do início dos anos 90, o País passou à condição de grande comprador da matéria-prima, chegando a ocupar o posto de maior importador mundial em 1997, superando a Rússia e a China. No entanto, as importações apresentaram grande redução nos últimos anos, declinando de US\$ 864,6 milhões em 1996 (recorde histórico) para US\$ 64,2 milhões em 2002, o que significou decréscimo de 92,6%.

Quanto às exportações, nos últimos anos o Brasil registrou bom desempenho. Em 2003, foram embarcadas 175,4 mil toneladas de algodão (não cardado nem penteado), garantindo receita de US\$ 189 milhões (tabela 2), representando recorde histórico.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE ALGODÃO NÃO CARDADO NEM PENTEADO - BRASIL - 1989-2003

ANO	US\$	
	Exportação	Importação
1989	158 726 761	203 798 595
1990	129 026 093	156 367 136
1991	149 174 068	177 067 931
1992	30 170 034	211 918 025
1993	4 785 366	649 988 715
1994	5 110 420	561 634 388
1995	92 413 596	544 033 761
1996	2 881 531	864 683 820
1997	876 906	757 209 100
1998	4 651 660	527 493 334
1999	5 198 421	357 454 453
2000	32 521 512	323 069 366
2001	154 639 374	95 116 210
2002	94 323 598	64 165 970
2003	188 951 069	134 020 064

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

Passando ao exame do desempenho da cultura no Paraná, observa-se que a produção teve seu ápice no ano de 1985, quando foram produzidas 1,04 milhão de toneladas, o que correspondeu a cerca de 39% da produção nacional de algodão. No comparativo entre as safras de 1985 e 2003, a produção registrou variação negativa de 93,1%, alcançando 71,6 mil toneladas em 2003.

No que se refere à área, também foi registrada forte redução, passando de 540 mil hectares em 1985 para 30 mil hectares em 2003 (tabela 3) – um decréscimo de 94,4%. Tal queda se deve, entre outros fatores, à intensificação da abertura comercial a partir do final dos anos 80 e à deterioração dos instrumentos de crédito rural disponibilizados aos produtores.

A abertura comercial foi representada pelo declínio das alíquotas de importação e pelas facilidades para a aquisição do algodão importado, o que repercutiu

\*Acadêmicos de Ciências Econômicas da UFPR, estagiários do IPARDES.

em aumento das compras externas. O processo de abertura econômica ocasionou uma rápida redução das tarifas de importação, que passaram de 55% em 1988 para 0% em 1990. Entretanto, a partir de 1995, houve aumento gradual da alíquota de importação. Para o ano de 2004, a alíquota incidente sobre as compras externas de algodão está fixada em 7,5%.

TABELA 3 - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO HERBÁCEO - PARANÁ - 1985/2004

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
1985	540 000	1 035 661	1 918
1990	490 000	852 600	1 740
1995	282 760	529 977	1 874
2000	54 420	126 051	2 316
2001	71 264	174 854	2 454
2002	35 958	83 970	2 335
2003	30 066	71 643	2 383
2004 <sup>(1)</sup>	47 314	92 231	1 949

FONTE: SEAB/DERAL

(1) Estimativa.

Já a exaustão do sistema de crédito foi comprovada pela diminuição dos financiamentos destinados aos produtores. Segundo dados do Banco Central, os financiamentos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) concedidos aos produtores de algodão do Paraná atingiram R\$ 315,51 milhões em 1985 (a preços de 2002, com valores atualizados pelo IGP-DI médio), muito acima da cifra de R\$ 7,16 milhões relativa ao ano de 2002 (considerando somente os financiamentos para o custeio da produção). Cabe ressaltar que essa retração do volume do crédito rural foi resultado do agravamento da crise fiscal do Estado brasileiro.

Adicionalmente à liberalização comercial e à deterioração do crédito, a cotonicultura paranaense deparou-se com o desenvolvimento da atividade na Região Centro-Oeste, que conferiu ao Paraná um papel secundário na produção nacional.

Além das favoráveis condições climáticas e topográficas, os estados do Centro-Oeste apresentam uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade, proporcionando melhor aproveitamento das economias de escala. Ademais, o desenvolvimento de novas variedades e os incentivos fiscais estaduais também auxiliaram na expansão do cultivo do algodão na referida região.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que esse processo de reorganização espacial da produção é representado pela transferência do potencial de crescimento da cotonicultura do eixo Sul-Sudeste para a região dos cerrados. Tanto é assim que, nos últimos anos, os estados do Mato Grosso, Goiás e Bahia vêm se destacando como principais produtores, registrando participações de, respectivamente, 52,69%, 13,91% e 8,31% na produção nacional, em 2002, em contraposição à queda da participação do Paraná (tabela 4).

Diante disso, conclui-se que o Paraná foi o Estado mais afetado pela crise da cotonicultura ocorrida na primeira metade da década de 1990, com impactos sociais relevantes por conta da diminuição do emprego rural. Ademais, pode-se afirmar que o Paraná apresenta desvantagens nessa atividade em relação aos estados do Centro-Oeste, especialmente em um contexto de liberalização comercial e de reduzida intervenção governamental. Por fim, não há dúvida quanto ao potencial da produção de algodão na região dos cerrados, com o aproveitamento das oportunidades nos mercados interno e externo.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO, SEGUNDO ESTADOS SELECIONADOS - BRASIL - 1990/2002

ESTADO	1990		1995		2000		2001		2002	
	Produção (t)	Part. (%)								
Mato Grosso	57 634	3,23	87 458	6,07	1 002 836	49,96	1 525 376	57,70	1 141 211	52,69
Goiás	59 754	3,35	157 031	10,89	254 476	12,68	326 150	12,34	301 255	13,91
Bahia	109 361	6,13	76 090	5,28	132 675	6,61	170 092	6,43	179 971	8,31
São Paulo	480 080	26,92	311 400	21,06	148 230	7,39	166 219	6,29	154 200	7,12
Mato Grosso do Sul	73 559	4,13	105 791	7,34	127 839	6,37	169 425	6,41	154 105	7,11
Minas Gerais	94 492	5,30	49 924	3,46	99 743	4,97	69 760	2,64	90 588	4,18
Paraná	852 600	47,81	529 977	36,76	126 051	6,28	174 854	6,61	83 970	3,88
BRASIL	1 783 175	100,00	1 441 526	100,00	2 007 102	100,00	2 643 524	100,00	2 166 014	100,00

FONTES: IBGE, SEAB/DERAL

## REFERÊNCIAS

- AVANSINI, Carolina. Emater inclui algodão na lista de prioridades. **Folha de Londrina**, 9 jul. 2004. Caderno Folha Economia, p. 4.
- BAUMER, João. O algodão de Mato Grosso ganha espaço lá fora. **O Estado do Paraná**, 18 jul. 2004. Caderno Economia, p. B5.
- CORRÊA, Hudson. Exportação de algodão deve triplicar em 2004. **Folha de São Paulo**, 13 jul. 2004. Caderno Dinheiro, p. B10.
- FAVERET, Paulo; CORTES, Leonardo Lopes; TURANO, Cristina. Algodão: crise e retomada. **Informe Setorial**, Rio de Janeiro: BNDES, n. 11, p. 1-5, out./1997. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/conhecimento/setorial/gs1\\_11.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/setorial/gs1_11.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2004.
- JÚNIOR, Sebastião Nogueira; BARBOSA, Marisa Zeferino; FERREIRA Célia Regina R. P. T. Tecnologia e produtividade da cotonicultura brasileira. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo: IEA, v. 49, n. 2, p. 17-29, 2002.
- URBAN, Maria Lucia de Paula et al. Abrindo o fardo de algodão: caracterização dos efeitos da crise na cotonicultura do Centro-Sul brasileiro. **Informações Econômicas**, São Paulo: IEA, v. 25, n. 10, p. 33-59, 1995.

# Paraná – destaques econômicos\*

---

*Julio Takeshi Suzuki Júnior\*\*, Jennifer França Zacarias Silva\*\*\*,*

*Amanda Rasmussen Zimovski, Ronald Jesus da Conceição e Shelbert Braz\*\*\*\**

---

## AGROPECUÁRIA

### Safrinha do milho poderá superar a safra de verão

O Paraná, pela primeira vez na história, poderá ter uma safra de inverno de milho superior à safra de verão.

Segundo dados do Departamento de Economia Rural (Deral), a área que está sendo plantada para a próxima safra de verão poderá atingir somente 1,25 milhão de hectares, dando continuidade à tendência de redução da superfície cultivada no referido período. Em contrapartida, a área destinada ao milho safrinha poderá crescer para 1,4 milhão de hectares, tornando o cultivo no inverno ainda mais importante.

ZAFALON, Mauro. Safrinha do milho será maior pela primeira vez. **Folha de Londrina**, 12 out. 2004. Caderno Folha Economia, p. 6.

---

## AGROINDÚSTRIA

### Cocamar aposta em elevação de suas receitas em 2004

A cooperativa paranaense Cocamar investirá R\$ 5 milhões na ampliação/modernização de sua fábrica de fios de algodão. No Paraná, 7 mil produtores fazem parte da cooperativa, que se encontra entre as cinco maiores do Brasil e que está apostando cada vez mais na diversificação de sua produção.

Além das inversões em ramos em que a cooperativa já atua (como o processamento de soja, cana e suco de laranja), novos investimentos deverão ser realizados em segmentos ainda não explorados pela cooperativa, como a fabricação de rações e o abate de aves. A projeção da Cocamar para 2004 é de crescimento de 23,5% no seu faturamento, atingindo R\$ 1,2 bilhão.

LIMA, Marli. Com diversificação, Cocamar prevê salto de 23,5% das vendas. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 out. 2004. Caderno Empresas, p. B10.

---

## INDÚSTRIA

### Hexal inaugura indústria em Cambé

A indústria farmacêutica alemã Hexal inaugurou no dia 15 de setembro seu segundo maior complexo industrial, localizado em Cambé, município próximo de Londrina. Foram investidos R\$ 120 milhões na nova unidade, que foi construída às margens da PR-445 em uma área de 300 mil metros quadrados, com 32 mil metros quadrados de área construída. O complexo industrial irá produzir medicamentos genéricos, similares de marca e fitoterápicos.

Desde meados de maio, quando os primeiros lotes-pilotos foram produzidos, estão trabalhando na unidade 165 funcionários, sendo 80% deles de Cambé e região e 20% transferidos da unidade de São Paulo. Há previsão de que sejam contratados 385 novos funcionários até meados de 2005.

BARÃO, Vera. Hexal inaugura amanhã seu 2.º maior pólo industrial. **Folha de Londrina**, 14 set. 2004. Caderno Folha Economia, p. 2.

---

---

\*Elaborado com informações disponíveis no período de 1/9/2004 a 31/10/2004.

\*\*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

\*\*\*Acadêmica do curso de Administração, estagiária do IPARDES.

\*\*\*\*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

## Renault poderá produzir novo modelo em 2007

A Renault deverá produzir o automóvel Logan no Brasil, provavelmente a partir de 2007. A empresa, que contou com a participação da romena Dacia no desenvolvimento do novo modelo (já produzido na Europa), tem boas expectativas quanto ao investimento no Brasil. Segundo a Renault, o ambiente econômico favorável vem sendo decisivo na retomada dos investimentos. Tanto é assim que cerca de 50 milhões de euros serão destinados à produção do Mégane Sedan.

Os investimentos ocorrerão mesmo com a atual ociosidade da fábrica do Paraná, onde apenas um terço da capacidade instalada está sendo utilizada.

ACCIARTO, Renato. Renault vai fazer o Logan no Brasil. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 27 set. 2004. p. A16.

---

## COMÉRCIO EXTERIOR

### Empresa paranaense está investindo na exportação de feijão

A empresa paranaense Nota Mil Alimentos fechou acordo com 32 produtores de todo o País para exportar 5 mil toneladas de feijão a partir de 2005. Para atingir esse volume de exportação, já acertado com clientes da Europa e da América Central, a empresa vai investir US\$ 400 mil. A previsão é gerar uma receita de US\$ 3 milhões.

O negócio envolve o plantio das variedades de feijão *cranberry*, *dark red* e pinto *beans*, que estão entre as mais consumidas no mundo. Até o ano de 2010, a Nota Mil Alimentos planeja ampliar suas exportações de feijão para 100 mil toneladas, o que poderá resultar numa receita de US\$ 60 milhões.

BOUÇAS, Cibelle. Nota Mil Alimentos, do Paraná, investe na exportação de feijão. **Valor Econômico**, São Paulo, 8 out. 2004. Caderno Empresas, p. B11.

---

## NÍVEL DE ATIVIDADES

### Emprego na indústria cresceu 1,36% no mês de agosto

O número de empregos na indústria paranaense registrou em agosto um crescimento de 1,36% em relação ao mês anterior, o que correspondeu à criação de 6.452 postos de trabalho, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

O crescimento do emprego no setor industrial do Paraná foi influenciado principalmente pela Indústria de Alimentos, Bebidas e Alcool Etílico, que respondeu por 1.740 novas vagas no mês de agosto. Outros segmentos que se destacaram foram o de Vestuário e Têxtil, responsável pela criação de 1.427 vagas, e o de Madeira e Mobiliário, que gerou 876 vagas.

No acumulado do ano, o emprego na indústria do Paraná teve crescimento de 11,6%, o que significou um total de 49.967 novas vagas.

SCHEFFER, Cinthia. Indústria criou 6.452 empregos em agosto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 out. 2004. p. 19.

---

## PREÇOS

### Inflação em Curitiba atinge 0,04% em setembro

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), levantado em Curitiba, chegou a 0,04% em setembro, o índice mais baixo do ano. No acumulado de janeiro a setembro, o IPC foi de 8,37%, e nos últimos 12 meses, 8,83%.

O baixo índice pode ser atribuído principalmente à queda dos preços da gasolina e dos alimentos no mês de setembro. O cálculo do IPC é realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), para famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos.

CASADO, Vânia. Inflação em Curitiba é a menor do ano. **Folha de Londrina**, 8 set. 2004. Caderno Folha Economia, p. 3.

---

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA

### Paraná ocupa a sexta posição nas vendas do segmento de tecnologia

Em pesquisa realizada pela revista Info Exame, que levanta as 200 maiores empresas tecnológicas do Brasil, o Paraná conquistou a sexta colocação nas vendas do segmento de tecnologia. Segundo a revista, o Estado tem participação de 0,73% nas vendas totais, contando com a presença de cinco empresas locais na lista das maiores organizações: GVT, Sercomtel, Bematech, Celepar e Teledata, sendo a GVT a líder no Estado. O eixo Rio-São Paulo responde por 87% do total das vendas do setor.

PIMENTEL, João Paulo. PR é sexto maior pólo tecnológico do país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 set. 2004. p. 18.

---

## INFRA-ESTRUTURA

### Copel implantará novas subestações e hidrelétricas no Estado

A Copel destinará R\$ 50 milhões à construção de quatro novas subestações, que serão instaladas em Apucarana, Rolândia e Londrina (duas), melhorando o fornecimento de energia na região Norte do Paraná.

Ademais, está investindo na implantação de duas hidrelétricas em Guarapuava, que deverão entrar em operação em dois anos, ambas com capacidade de produção de 120 megawatts.

RODRIGUES, Betânia. Copel construirá duas subestações em Londrina. **Folha de Londrina**, 28 out. 2004. Caderno Folha Economia, p. 1.

---

# ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2004

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 643	2 383	71 543	193 492	2 705	30 527	609 007	19 950
2004 <sup>(1)</sup>	47 247	89 936	1 904	68 556	186 512	2 721	29 183	571 853	19 595

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 370	117 290	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 785	3 455
2004 <sup>(1)</sup>	117 726	146 371	1 243	393 128	32 457 272	82 562	53 290	152 461	2 861

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2004

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	540 906	710 107	1 313	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 114	5 065
2004 <sup>(1)</sup>	505 065	660 640	1 308	161 548	3 179 870	19 684	2 470 784	11 156 138	4 515

  

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 650 966	11 010 099	3 016	1 198 078	3 121 306	2 605
2004 <sup>(1)</sup>	539	1 237	2 295	3 994 709	10 195 830	2 552	1 340 449	3 023 783	2 256

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2004

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Janeiro	109 999	15 544	31 393
1998	854 517	236 358	193 435	Fevereiro	98 465	15 161	28 084
1999	957 237	198 873	229 466	Março	99 991	16 155	29 054
2000	1 041 412	181 113	235 315	Abril	101 153	17 152	29 714
2001	1 121 828	197 985	263 451	Maiο	112 623	17 422	30 246
2002	1 235 681	219 350	333 951	Junho	103 349	15 244	29 913
Janeiro	108 143	16 217	25 688	Julho	120 730	15 638	32 243
Fevereiro	92 700	15 727	23 247	Agosto	115 940	17 616	30 363
Março	92 731	14 361	24 787	Setembro	121 156	20 834	30 928
Abril	104 996	18 495	28 516	Outubro	127 530	24 920	33 913
Maiο	101 833	16 465	28 223	Novembro	115 356	20 766	28 242
Junho	100 807	16 944	26 889	Dezembro	118 106	23 322	25 048
Julho	116 253	17 934	29 970	2004 <sup>(1)</sup>	749 490	130 218	169 653
Agosto	106 345	18 803	30 677	Janeiro	121 181	18 728	27 006
Setembro	103 766	19 608	28 916	Fevereiro	110 707	17 839	26 296
Outubro	109 473	23 072	31 264	Março	130 714	21 834	29 479
Novembro	99 931	21 024	28 849	Abril	127 224	21 885	27 522
Dezembro	98 702	20 701	26 926	Maiο	129 493	23 624	29 508
2003	1 344 398	219 774	359 139	Junho	130 170	26 308	29 841

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-SETEMBRO 2004

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Maiο	126	787
1977	1 356	8 826	Junho	128	635
1978	1 614	9 636	Julho	40	1 180
1979	1 635	12 575	Agosto	142	921
1980	1 936	13 482	Setembro	234	1 066
1981	1 954	14 105	Outubro	292	1 148
1982	1 179	6 606	Novembro	270	860
1983	1 079	3 345	Dezembro	218	499
1984	1 748	7 921	2003	3 112	10 449
1985	2 167	9 728	Janeiro	220	478
1986	2 029	10 588	Fevereiro	238	734
1987	2 121	9 479	Março	247	776
1988	1 567	8 847	Abril	129	956
1989	1 386	6 189	Maiο	192	1 040
1990	885	4 111	Junho	196	929
1991	584	2 677	Julho	220	1 084
1992	593	2 893	Agosto	317	1 126
1993	1 038	4 475	Setembro	324	1 063
1994	1 707	9 011	Outubro	395	867
1995	859	5 095	Novembro	347	886
1996	897	4 180	Dezembro	287	510
1997	1 296	6 062	2004	2 291	7 894
1998	1 380	6 025	Janeiro	198	440
1999	1 351	4 854	Fevereiro	408	694
2000	1 692	6 251	Março	399	896
2001	2 046	8 307	Abril	227	766
2002	2 448	9 752	Maiο	228	795
Janeiro	301	401	Junho	213	942
Fevereiro	279	652	Julho	162	1 182
Março	286	702	Agosto	242	1 175
Abril	132	901	Setembro	214	1 004

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 4 - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999-SETEMBRO 2004

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES <sup>(1)</sup>	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
2002	5 063	5 512	131 285
Janeiro	1	241	4 722
Fevereiro	6	432	10 956
Março	9	520	12 335
Abril	447	554	13 080
Maio	523	526	12 137
Junho	671	463	10 720
Julho	749	474	13 169
Agosto	520	397	10 048
Setembro	632	501	11 435
Outubro	737	552	13 479
Novembro	654	455	10 351
Dezembro	114	397	8 853
2003	9 242	6 147	133 269
Janeiro	664	399	11 354
Fevereiro	803	486	13 218
Março	763	466	12 386
Abril	859	398	10 499
Maio	997	560	13 296
Junho	1 020	405	9 901
Julho	1 198	590	6 746
Agosto	867	543	9 336
Setembro	281	507	10 618
Outubro	1 192	719	13 134
Novembro	474	679	13 003
Dezembro	124	395	9 778
2004	10 375	6 691	148 881
Janeiro	929	562	12 845
Fevereiro	1 191	594	12 867
Março	1 134	909	15 386
Abril	933	629	12 623
Maio	1 219	754	11 570
Junho	1 335	813	20 651
Julho	1 182	786	22 089
Agosto	1 139	863	21 411
Setembro	1 313	781	19 439

FONTE: Anfavea

(1) Não inclui a picape Saveiro, veículo produzido em fábricas localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Pinhais (PR).

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2003

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 345
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 259	11,54	1 741 015	35,87	28 727	0,59	4 854 245
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 996
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003 <sup>(1)</sup>	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 6 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2002-2003

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PART. PR/BR	
	2003		2002		Variação (%)	2003		2002		Variação (%)	2003 (%)	2002 (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)		US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	7 153 235	100,00	5 700 199	100,00	25,49	73 084 140	100,00	60 361 786	100,00	21,08	9,79	9,44
União Européia	2 148 900	30,04	1 859 928	32,63	15,54	18 102 065	24,77	15 113 391	25,04	19,78	11,87	12,31
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 476 765	20,64	1 030 639	18,08	43,29	11 676 286	15,98	8 791 091	14,56	32,82	12,65	11,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 044 913	14,61	1 038 758	18,22	0,59	16 692 354	22,84	15 534 804	25,74	7,45	6,26	6,69
Oriente Médio	603 960	8,44	386 732	6,78	56,17	2 817 593	3,86	2 341 756	3,88	20,32	21,44	16,51
Mercosul	500 482	7,00	262 404	4,60	90,73	5 671 853	7,76	3 310 817	5,48	71,31	8,82	7,93
Europa Oriental	337 420	4,72	200 826	3,52	68,02	2 270 662	3,11	1 754 912	2,91	29,39	14,86	11,44
África	275 943	3,86	269 214	4,72	2,50	2 860 120	3,91	2 362 317	3,91	21,07	9,65	11,40
Outros <sup>(1)</sup>	764 851	10,69	651 698	11,43	17,36	12 993 207	17,78	11 152 698	18,48	16,50	5,89	5,84
IMPORTAÇÃO	3 488 221	100,00	3 333 814	100,00	4,63	48 259 592	100,00	47 231 932	100,00	2,18	7,23	7,06
União Européia	1 215 380	34,84	1 312 331	39,36	-7,39	12 686 908	26,29	13 069 515	27,67	-2,93	9,58	10,04
Mercosul	564 034	16,17	582 573	17,47	-3,18	5 685 896	11,78	5 615 048	11,89	1,26	9,92	10,38
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	438 845	12,58	398 462	11,95	10,13	9 564 117	19,82	10 437 889	22,10	-8,37	4,59	3,82
África	369 953	10,61	232 895	6,99	58,85	3 253 525	6,74	2 686 694	5,69	21,10	11,37	8,67
Ásia (excl. Oriente Médio)	317 895	9,11	315 346	9,46	0,81	8 923 346	18,49	7 996 372	16,93	11,59	3,56	3,94
Europa Oriental	230 296	6,60	133 209	4,00	72,88	1 165 013	2,41	918 720	1,95	26,81	19,77	14,50
Oriente Médio	78 997	2,26	102 720	3,08	-23,09	1 619 851	3,36	1 479 413	3,13	9,49	4,88	6,94
Outros	272 823	7,82	256 278	7,69	6,46	5 360 936	11,11	5 028 281	10,65	6,62	5,09	5,10

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Soja	2 642 505 986	35,76	2 077 095 449	38,35	27,22
Soja mesmo triturada	1 241 588 542	16,80	1 011 349 659	18,67	22,77
Farelo de soja	900 158 854	12,18	669 130 243	12,35	34,53
Óleo de soja em bruto	406 589 055	5,50	307 589 829	5,68	32,19
Óleo de soja refinado	92 106 792	1,25	89 025 718	1,64	3,46
Óleo de soja, exceto refinado ou em bruto	2 062 743	0,03	-	-	-
Material de transporte e componentes	1 098 467 523	14,87	1 028 789 653	18,99	6,77
Automóveis	450 080 379	6,09	517 879 570	9,56	-13,09
Motores para automóveis	386 254 015	5,23	323 019 826	5,96	19,58
Tratores	108 797 412	1,47	64 669 052	1,19	68,24
Autopeças	76 434 807	1,03	59 485 982	1,10	28,49
Veículos de carga	44 929 553	0,61	32 718 444	0,60	37,32
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	18 155 627	0,25	16 978 624	0,31	6,93
Ônibus	8 598 070	0,12	9 958 214	0,18	-13,66
Helicópteros	1 114 495	0,02	936 414	0,02	19,02
Reboques para transporte de mercadorias	756 746	0,01	652 368	0,01	16,00
Pneumáticos e câmaras de ar	469 892	0,01	544 419	0,01	-13,69
Trens e materiais para vias férreas	121 600	-	14 734	-	725,30
Motocicletas	4 100	-	13 811	-	-70,31
Motores e turbinas para aviação	221	-	-	-	-
Partes e peças de aviões e helicópteros	-	-	172	-	-100,00
Demais materiais elétricos e eletrônicos	2 750 606	0,04	1 918 023	0,04	43,41
Madeiras e manufaturas de madeira	870 765 235	11,79	514 974 218	9,51	69,09
Madeira compensada ou contraplacada	408 475 148	5,53	221 091 327	4,08	84,75
Madeira serrada	142 164 849	1,92	115 231 511	2,13	23,37
Obras de marcenaria ou de carpintaria	114 653 524	1,55	53 846 771	0,99	112,93
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	51 238 034	0,69	25 791 389	0,48	98,66
Madeira laminada	15 938 337	0,22	12 254 411	0,23	30,06
Demais madeiras e manufaturas de madeira	138 295 343	1,87	86 758 809	1,60	59,40
Carne	709 337 386	9,60	481 693 620	8,89	47,26
Carne de frango "in natura"	496 255 037	6,72	333 768 846	6,16	48,68
Carne de bovino "in natura"	80 126 131	1,08	40 819 548	0,75	96,29
Carne de suíno "in natura"	68 484 918	0,93	65 024 859	1,20	5,32
Carne de peru "in natura"	39 522 419	0,53	23 389 328	0,43	68,98
Carne de frango industrializada	3 610 910	0,05	3 968 702	0,07	-9,02
Carne bovina industrializada	380 576	0,01	254 510	-	49,53
Demais carnes	20 957 395	0,28	14 467 827	0,27	44,86
Cereais	471 187 418	6,38	223 126 694	4,12	111,17
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	302 829 885	4,10	178 831 488	3,30	69,34
Compressores e bombas	107 173 790	1,45	50 606 919	0,93	111,78
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	65 367 252	0,88	27 130 764	0,50	140,93
Refrigeradores e congeladores	44 237 333	0,60	24 561 938	0,45	80,11
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, decarga, etc.	16 966 361	0,23	12 148 713	0,22	39,66
Rolamentos e engrenagens	12 862 228	0,17	7 806 044	0,14	64,77
Torneiras e válvulas	7 162 227	0,10	17 952 997	0,33	-60,11
Aparelhos de ar condicionado	5 316 901	0,07	3 787 131	0,07	40,39
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	2 239 164	0,03	1 061 299	0,02	110,98
Aparelhos para filtrar ou depurar	1 424 778	0,02	1 517 753	0,03	-6,13
Computadores e acessórios	1 305 896	0,02	1 592 377	0,03	-17,99
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	853 379	0,01	272 858	0,01	212,76
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	232 241	-	818 585	0,02	-71,63
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	80 785	-	105 952	-	-23,75
Laminadores de metais	7 945	-	18 157	-	-56,24
Máquinas de costura	6 849	-	492	-	1 292,07
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	37 592 756	0,51	29 449 509	0,54	27,65

continua

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Papel e celulose	159 597 621	2,16	127 749 697	2,36	24,93
Papel	159 592 334	2,16	127 744 227	2,36	24,93
Celulose	5 287	-	5 470	-	-3,35
Produtos químicos	151 210 342	2,05	116 428 872	2,15	29,87
Adubos e fertilizantes	54 232 144	0,73	35 865 450	0,66	51,21
Plásticos e suas obras	26 053 514	0,35	18 109 007	0,33	43,87
Produtos químicos orgânicos	23 639 374	0,32	24 852 185	0,46	-4,88
Produtos químicos inorgânicos	8 371 597	0,11	5 899 715	0,11	41,90
Óleos essenciais e resinóides	3 874 441	0,05	4 228 271	0,08	-8,37
Extratos tanantes e tintoriais	1 278 711	0,02	941 532	0,02	35,81
Produtos farmacêuticos	825 337	0,01	999 511	0,02	-17,43
Produtos para fotografia	-	-	12 597	-	-100,00
Demais produtos químicos	32 935 224	0,45	25 520 604	0,47	29,05
Materiais elétricos e eletrônicos	147 298 302	1,99	38 799 734	0,72	279,64
Aparelhos elétricos para telefonia	89 175 004	1,21	11 150 160	0,21	699,76
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	26 291 536	0,36	10 795 753	0,20	143,54
Aparelhos transmissores e receptores	13 073 164	0,18	3 499 460	0,06	273,58
Geradores e transformadores, elétricos	6 675 332	0,09	3 352 780	0,06	99,10
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	4 177 753	0,06	5 077 704	0,09	-17,72
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	1 978 436	0,03	1 393 840	0,03	41,94
Demais materiais elétricos e eletrônicos	5 927 077	0,08	3 530 037	0,07	67,90
Café	137 021 684	1,85	108 486 330	2,00	26,30
Café solúvel	90 957 802	1,23	76 549 834	1,41	18,82
Café cru em grão	46 063 882	0,62	31 936 496	0,59	44,24
Açúcar	104 341 972	1,41	123 988 718	2,29	-15,85
Açúcar em bruto	89 913 727	1,22	122 551 055	2,26	-26,63
Açúcar refinado	14 428 245	0,20	1 437 663	0,03	903,59
Produtos metalúrgicos	90 067 503	1,22	61 200 145	1,13	47,17
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	39 347 748	0,53	33 294 971	0,61	18,18
Produtos laminados planos de ferro ou aço	21 850 960	0,30	596 234	0,01	3 564,83
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	4 955 323	0,07	2 862 015	0,05	73,14
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	3 434 154	0,05	7 401 882	0,14	-53,60
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	1 559 487	0,02	965 616	0,02	61,50
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ferro gusa)	-	-	2 306	-	-
Demais produtos metalúrgicos	18 919 831	0,26	16 077 121	0,30	17,68
Derivados de petróleo	86 159 936	1,17	61 685 145	1,14	39,68
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	73 159 285	0,99	54 154 638	1,00	35,09
Óleos e combustíveis	9 356 311	0,13	3 405 636	0,06	174,73
Óleos lubrificantes	1 154 632	0,02	978 525	0,02	18,00
Gasolina	15	-	-	-	-
Demais derivados de petróleo	2 489 693	0,03	3 146 346	0,06	-20,87
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	67 052 549	0,91	44 859 034	0,83	49,47
Produtos têxteis	66 909 005	0,91	45 582 124	0,84	46,79
Fios de seda	19 776 093	0,27	14 596 590	0,27	35,48
Confecções	10 231 311	0,14	9 046 460	0,17	13,10
Fios de algodão	4 621 133	0,06	6 553 862	0,12	-29,49
Fios sintéticos ou artificiais	1 296 779	0,02	925 779	0,02	40,07
Tecidos de algodão	72 095	-	51 794	-	39,20
Sisal em fibras, cordas e cabos	-	-	605	-	-
Demais produtos têxteis	30 911 594	0,42	14 407 034	0,27	114,56
Outros	283 776 152	3,84	183 444 372	3,39	54,69
<b>TOTAL</b>	<b>7 388 528 499</b>	<b>100,00</b>	<b>5 416 735 293</b>	<b>100,00</b>	<b>36,40</b>

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Produtos químicos	810 051 116	27,52	471 449 291	18,67	71,82
Adubos e fertilizantes	499 647 136	16,98	219 514 543	8,69	127,61
Produtos químicos orgânicos	144 975 282	4,93	112 557 926	4,46	28,80
Plásticos e suas obras	85 956 703	2,92	75 328 297	2,98	14,11
Produtos químicos inorgânicos	15 194 532	0,52	12 145 320	0,48	25,11
Produtos farmacêuticos	13 001 986	0,44	15 631 540	0,62	-16,82
Extratos tanantes e tintoriais	11 957 973	0,41	8 065 158	0,32	48,27
Óleos essenciais e resinóides	3 718 598	0,13	3 801 820	0,15	-2,19
Produtos para fotografia	1 296 681	0,04	1 209 624	0,05	7,20
Demais produtos químicos	34 302 225	1,17	23 195 063	0,92	47,89
Material de transporte e componentes	521 653 454	17,72	536 499 250	21,24	-2,77
Autopeças	307 398 060	10,44	319 351 850	12,64	-3,74
Motores para automóveis	135 424 762	4,60	141 696 328	5,61	-4,43
Automóveis	29 128 208	0,99	30 111 869	1,19	-3,27
Pneumáticos e câmaras de ar	12 374 195	0,42	11 186 283	0,44	10,62
Helicópteros	8 426 024	0,29	9 856 553	0,39	-14,51
Aviões	4 546 680	0,15	-	-	-
Veículos de carga	2 983 425	0,10	4 841 019	0,19	-38,37
Trens e materiais para vias férreas	2 162 268	0,07	37 054	-	5 735,45
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	1 497 406	0,05	197 748	0,01	657,23
Tratores	652 000	0,02	438 163	0,02	48,80
Partes e peças de aviões e helicópteros	366 746	0,01	543 272	0,02	-32,49
Motores e turbinas para aviação	269 587	0,01	364 377	0,01	-26,01
Motocicletas	133 180	-	-	-	-
Ônibus	-	-	158 587	0,01	-100,00
Demais materiais elétricos e eletrônicos	16 290 913	0,55	17 716 147	0,70	-8,04
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	385 137 663	13,09	338 553 656	13,40	13,76
Compressores e bombas	94 041 207	3,20	80 893 178	3,20	16,25
Rolamentos e engrenagens	54 020 143	1,84	50 786 902	2,01	6,37
Torneiras e válvulas	24 961 472	0,85	18 175 821	0,72	37,33
Computadores e acessórios	20 487 642	0,70	8 993 135	0,36	127,81
Aparelhos de ar condicionado	20 102 791	0,68	17 316 639	0,69	16,09
Aparelhos para filtrar ou depurar	18 725 505	0,64	17 515 044	0,69	6,91
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	15 009 988	0,51	16 446 846	0,65	-8,74
Refrigeradores e congeladores	9 427 003	0,32	9 601 364	0,38	-1,82
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, decarga, etc.	6 841 557	0,23	8 673 858	0,34	-21,12
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	5 519 777	0,19	3 386 098	0,13	63,01
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	1 367 517	0,05	2 615 410	0,10	-47,71
Máquinas de costura	618 704	0,02	431 004	0,02	43,55
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	298 328	0,01	887 137	0,04	-66,37
Laminadores de metais	98 304	-	1 174 405	0,05	-91,63
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	67 326	-	98 721	-	-31,80
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	113 550 399	3,86	101 558 094	4,02	11,81
Materiais elétricos e eletrônicos	274 929 084	9,34	204 779 550	8,11	34,26
Aparelhos transmissores e receptores	59 544 518	2,02	53 256 308	2,11	11,81
Aparelhos elétricos para telefonia	34 671 865	1,18	28 464 556	1,13	21,81
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	30 661 211	1,04	32 981 473	1,31	-7,04
Geradores e transformadores, elétricos	27 018 213	0,92	22 122 580	0,88	22,13
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	11 464 563	0,39	8 287 677	0,33	38,33
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	2 741 454	0,09	4 800 912	0,19	-42,90
Demais materiais elétricos e eletrônicos	108 827 260	3,70	54 866 044	2,17	98,35

continua

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-SETEMBRO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Derivados de petróleo	250 831 425	8,52	262 861 212	10,41	-4,58
Óleos brutos de petróleo	179 703 180	6,11	227 260 319	9,00	-20,93
Óleos e combustíveis	59 568 768	2,02	9 951 242	0,39	498,61
Gasolina	2 763 133	0,09	-	-	-
Óleos lubrificantes	508 385	0,02	263 916	0,01	92,63
Demais derivados de petróleo	8 287 959	0,28	25 385 735	1,01	-67,35
Produtos metalúrgicos	92 320 380	3,14	64 340 426	2,55	43,49
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	7 427 854	0,25	8 780 178	0,35	-15,40
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	4 955 695	0,17	4 119 345	0,16	20,30
Produtos laminados planos de ferro ou aço	4 090 824	0,14	2 449 412	0,10	67,01
Catodos de cobre	648 177	0,02	-	-	-
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	492 825	0,02	357 186	0,01	37,97
Ferro-ligas	280 966	0,01	-	-	-
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	165 800	0,01	-	-	-
Ligas de alumínio	1 139	-	4 534	-	-74,88
Alumínio em bruto	62	-	-	-	-
Demais produtos metalúrgicos	74 257 038	2,52	48 629 771	1,93	52,70
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	76 193 947	2,59	77 607 805	3,07	-1,82
Papel e celulose	69 234 500	2,35	50 883 136	2,01	36,07
Papel	36 912 580	1,25	23 572 188	0,93	56,59
Celulose	32 321 920	1,10	27 310 948	1,08	18,35
Produtos têxteis	59 147 256	2,01	51 165 133	2,03	15,60
Confecções	23 167 776	0,79	13 633 197	0,54	69,94
Fios sintéticos ou artificiais	12 183 907	0,41	11 757 801	0,47	3,62
Tecidos de algodão	155 988	0,01	52 701	-	195,99
Sisal em fibras, cordas e cabos	222	-	92	-	141,30
Fios de algodão	-	-	860	-	-100,00
Demais produtos têxteis	23 639 363	0,80	25 720 482	1,02	-8,09
Cereais	50 349 556	1,71	75 395 533	2,99	-33,22
Soja	43 558 540	1,48	171 211 299	6,78	-74,56
Soja mesmo triturada	36 169 670	1,23	164 047 926	6,50	-77,95
Farelo de soja	7 388 870	0,25	6 711 373	0,27	10,09
Óleo de soja em bruto	-	-	452 000	0,02	-100,00
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	24 425 040	0,83	20 415 524	0,81	19,64
Madeiras e manufaturas de madeira	24 308 677	0,83	14 085 877	0,56	72,57
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	18 406 525	0,63	9 307 953	0,37	97,75
Madeira serrada	3 079 442	0,10	2 160 549	0,09	42,53
Madeira laminada	1 809 717	0,06	1 709 835	0,07	5,84
Madeira compensada ou contraplacada	13 795	-	54 483	-	-74,68
Obras de marcenaria ou de carpintaria	101	-	202	-	-50,00
Demais madeiras e manufaturas de madeira	999 097	0,03	852 855	0,03	17,15
Outros	260 980 522	8,87	186 489 468	7,38	39,94
TOTAL	2 943 121 160	100,00	2 525 737 160	100,00	16,53

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 9 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2004

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 466
2002	5 700 199	3 333.303	2 366 897	60 361 786	47 227 204	13 134 582
Janeiro	250 849	231.860	12 495	3 971 829	3 802 444	169 385
Fevereiro	309 359	230 866	59 018	3 658 349	3 396 788	261 561
Março	332 361	268 303	66 320	4 260 412	3 662 948	597 464
Abril	372 907	289 707	34 704	4 641 400	4 141 868	499 531
Maio	364 982	269 674	52 284	4 441 380	4 063 263	378 117
Junho	343 324	286 867	112 027	4 078 559	3 399 611	678 948
Julho	492 269	338 650	202 742	6 223 334	5 020 022	1 203 312
Agosto	449 584	289 674	180 382	5 751 020	4 173 551	1 577 469
Setembro	1 294 671	320 709	1 020 597	6 491 807	3 990 272	2 501 535
Outubro	627 998	324 277	295 252	6 474 408	4 272 416	2 201 992
Novembro	502 314	371 921	243 187	5 126 951	3 858 063	1 268 888
Dezembro	359 582	265 907	87 888	5 242 336	3 445 957	1 796 379
2003 <sup>(1)</sup>	7 153 235	3 487 705	3 665 530	73 084 140	48 282 448	24 801 692
Janeiro	415 305	231 860	183 445	4 805 211	3 650 369	1 154 842
Fevereiro	405 642	230 867	174 775	5 001 174	3 887 862	1 113 312
Março	530 027	268 307	261 720	5 238 699	3 702 405	1 536 294
Abril	657 474	289 699	367 774	5 710 491	3 988 700	1 721 790
Maio	716 000	269 692	446 307	6 372 184	3 854 335	2 517 849
Junho	630 768	286 868	343 900	5 874 570	3 520 822	2 353 749
Julho	562 814	338 643	224 171	6 104 456	4 049 067	2 055 389
Agosto	830 396	288 957	541 439	6 403 412	3 730 552	2 672 859
Setembro	668 309.	320 710	347 599	7 280 148	4 615 727	2 664 422
Outubro	662 857	324 282	338 575	7 565 644	5 028 909	2 536 735
Novembro	519 165	371 920	147 245	5 980 003	4 259 465	1 720 538
Dezembro	554 477	265 898	288 580	6 748 148	3 994 235	2 753 913
2004 <sup>(1)</sup>	7 388 528	2 943 121	4 445 407	70 278 048	45 163 852	25 114 196
Janeiro	507 086	248 412	258 674	5 799 645	4 218 641	1 581 004
Fevereiro	520 516	258 254	262 262	5 721 636	3 751 978	1 969 658
Março	798 144	307 242	490 902	7 926 995	5 335 417	2 591 578
Abril	584 912	257 480	327 432	6 589 499	4 630 648	1 958 851
Maio	832 956	289 296	543 660	7 941 178	4 824 890	3 116 289
Junho	1 484 571	457 235	1 027 336	9 327 515	5 518 716	3 808 799
Julho	881 370	377 221	504 148	8 992 426	5 508 998	3 483 429
Agosto	933 007	388 475	544 531	9 056 464	5 623 252	3 433 212
Setembro	845 966	359 505	486 461	8 922 690	5 751 313	3 171 378

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 10 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-SETEMBRO 2004

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Abril	0,87
2000	6,23	Maio	0,51
2001	5,90	Junho	-0,11
2002	12,02	Julho	0,06
Janeiro	0,88	Agosto	0,43
Fevereiro	0,20	Setembro	0,43
Março	0,40	Outubro	0,26
Abril	0,78	Novembro	0,21
Maio	0,47	Dezembro	-0,05
Junho	0,55	2004	8,37
Julho	0,52	Janeiro	1,72
Agosto	0,60	Fevereiro	0,48
Setembro	1,12	Março	0,48
Outubro	1,44	Abril	1,44
Novembro	2,95	Maio	1,09
Dezembro	1,53	Junho	1,27
2003	6,46	Julho	0,70
Janeiro	1,88	Agosto	0,87
Fevereiro	0,61	Setembro	0,04
Março	1,19		

FONTE: IPARDES

TABELA 11 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2004

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
Janeiro	0,52	0,19	0,36	-0,13	0,36
Fevereiro	0,36	0,18	0,06	0,14	0,58
Março	0,60	0,11	0,09	-0,11	0,55
Abril	0,80	0,70	0,56	0,75	0,33
Mai	0,21	1,11	0,83	1,27	2,53
Junho	0,42	1,74	1,54	2,5	0,57
Julho	1,19	2,05	1,95	2,82	0,29
Agosto	0,65	2,36	2,32	3,32	1,00
Setembro	0,72	2,64	2,40	3,84	0,71
Outubro	1,31	4,21	3,87	6,02	1,13
Novembro	3,02	5,84	5,19	7,45	2,45
Dezembro	2,10	2,70	3,75	3,14	1,70
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
Janeiro	2,25	2,17	2,33	2,21	1,51
Fevereiro	1,57	1,59	2,28	1,71	1,39
Março	1,23	1,66	1,53	1,93	1,38
Abril	0,97	0,41	0,92	0,07	0,90
Mai	0,61	-0,67	-0,26	-1,68	2,84
Junho	-0,15	-0,70	-1,00	-1,16	1,05
Julho	0,20	-0,20	-0,42	-0,59	0,99
Agosto	0,34	0,62	0,38	0,7	1,44
Setembro	0,78	1,05	1,18	1,29	0,22
Outubro	0,29	0,44	0,38	0,5	0,65
Novembro	0,34	0,48	0,49	0,46	1,04
Dezembro	0,52	0,60	0,61	0,74	0,16
2004	5,36	9,64	10,21	11,70	8,12
Janeiro	0,76	0,80	0,88	0,75	0,33
Fevereiro	0,61	1,08	0,69	1,42	1,00
Março	0,47	0,93	1,13	1,09	1,16
Abril	0,37	1,15	1,21	1,57	0,59
Mai	0,51	1,46	1,31	1,71	1,83
Junho	0,71	1,29	1,38	1,57	0,70
Julho	0,91	1,14	1,31	1,35	1,12
Agosto	0,69	1,31	1,22	1,59	0,81
Setembro	0,33	0,48	0,69	0,65	0,58
Outubro	...	...	0,39	...	...

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:  
... Dado não disponível.

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-SETEMBRO 2004

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Mai	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35
Junho	356 695	2 332 046	0,15	641 085	45 468	14,10	213 957	249 801	0,86	99 786	307 766	0,32
Julho	345 858	2 331 731	0,15	638 103	45 380	14,06	208 313	249 501	0,83	98 669	308 952	0,32
Agosto	356 488	2 342 351	0,15	668 296	45 686	14,63	217 121	250 439	0,87	95 711	309 653	0,31
Setembro	360 375	2 349 687	0,15	664 903	45 980	14,46	223 906	250 973	0,89	98 567	310 352	0,32
Outubro	353 712	2 348 161	0,15	662 048	45 991	14,40	226 421	250 631	0,90	99 808	310 746	0,32
Novembro	370 490	2 361 596	0,16	623 449	46 293	13,47	235 841	251 868	0,94	103 530	312 599	0,33
Dezembro	353 382	2 361 718	0,15	599 394	46 383	12,92	236 328	252 031	0,94	101 945	313 642	0,33
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Mai	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33
Junho	361 990	2 396 760	0,15	604 812	47 297	12,79	224 627	253 212	0,89	99 301	318 503	0,31
Julho	356 125	2 404 571	0,15	608 305	47 621	12,77	219 125	253 921	0,86	98 996	318 552	0,31
Agosto	362 601	2 407 322	0,15	611 374	47 936	12,75	233 287	254 679	0,92	100 064	319 998	0,31
Setembro	364 246	2 410 226	0,15	618 597	48 240	12,82	234 127	255 096	0,92	100 865	319 574	0,32
Outubro	362 314	2 416 767	0,15	612 457	48 629	12,59	238 260	255 901	0,93	102 151	319 772	0,32
Novembro	369 573	2 422 467	0,15	626 599	48 883	12,82	247 215	256 855	0,96	105 899	321 102	0,33
Dezembro	362 584	2 428 812	0,15	608 026	49 062	12,39	249 922	257 408	0,97	106 335	321 491	0,33
2004												
Janeiro	378 173	2 436 535	0,16	556 424	49 115	11,33	251 488	257 436	0,98	110 405	322 033	0,34
Fevereiro	378 806	2 441 103	0,16	581 142	49 179	11,82	263 675	257 437	1,02	118 227	322 364	0,37
Março	365 117	2 445 571	0,15	589 574	49 345	11,95	261 910	258 194	1,01	119 872	322 878	0,37
Abril	377 794	2 451 304	0,15	603 454	49 759	12,13	269 830	259 650	1,04	117 588	323 690	0,36
Mai	365 111	2 453 748	0,15	578 101	49 964	11,57	241 660	260 281	0,93	112 623	324 302	0,35
Junho	370 141	2 458 544	0,15	593 255	50 157	11,83	233 695	261 150	0,89	102 731	324 615	0,32
Julho	363 418	2 455 485	0,15	600 371	50 216	11,96	233 007	261 561	0,89	100 732	324 974	0,31
Agosto	368 545	2 468 684	0,15	616 482	49 779	12,38	244 185	263 057	0,93	101 817	325 284	0,31
Setembro	382 677	2 477 008	0,15	616 255	49 703	12,40	259 088	264 163	0,98	106 481	325 893	0,33

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-SETEMBRO 2004

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Mai	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49
Junho	56 136	4 245	13,22	43 368	3 412	12,71	1 636	585	2,80	1 412 663	2 943 323	0,48
Julho	55 577	4 261	13,04	41 560	3 427	12,13	1 493	587	2,54	1 370 298	2 943 839	0,47
Agosto	56 073	4 291	13,07	43 462	3 457	12,57	1 561	586	2,66	1 438 712	2 956 463	0,49
Setembro	56 231	4 323	13,01	43 533	3 474	12,53	1 562	587	2,66	1 449 077	2 965 376	0,49
Outubro	56 315	4 380	12,86	44 066	3 489	12,63	1 556	583	2,67	1 443 926	2 963 981	0,49
Novembro	55 678	4 389	12,69	44 736	3 482	12,85	1 664	585	2,84	1 435 388	2 980 812	0,48
Dezembro	55 814	4 399	12,69	43 771	3 492	12,53	1 580	582	2,71	1 392 214	2 982 247	0,47
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Mai	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45
Junho	55 811	4 517	12,36	44 738	3 487	12,83	1 496	583	2,57	1 392 775	3 024 359	0,46
Julho	56 182	4 540	12,37	44 003	3 492	12,60	1 529	584	2,62	1 384 265	3 033 281	0,46
Agosto	56 119	4 778	11,75	45 013	3 490	12,90	1 565	581	2,69	1 410 023	3 038 784	0,46
Setembro	56 270	4 881	11,53	44 473	3 533	12,59	1 557	580	2,68	1 420 135	3 042 130	0,47
Outubro	56 307	4 961	11,35	45 979	3 555	12,93	1 627	579	2,81	1 419 095	3 050 164	0,47
Novembro	56 196	5 175	10,86	46 560	3 550	13,12	1 797	581	3,09	1 453 839	3 058 613	0,48
Dezembro	56 299	5 208	10,81	44 667	3 553	12,57	1 746	580	3,01	1 429 579	3 066 114	0,47
2004												
Janeiro	56 371	5 283	10,67	48 176	3 555	13,55	1 828	579	3,16	1 402 865	3 074 536	0,46
Fevereiro	56 456	5 378	10,50	47 089	3 555	13,25	1 973	580	3,40	1 447 368	3 079 596	0,47
Março	56 250	5 558	10,12	45 960	3 561	12,91	1 846	581	3,18	1 440 529	3 085 688	0,47
Abril	57 532	5 577	10,32	47 351	3 570	13,26	1 968	584	3,37	1 475 517	3 094 134	0,48
Mai	56 916	5 736	9,92	43 980	3 590	12,25	1 797	583	3,08	1 400 188	3 098 204	0,45
Junho	57 113	5 881	9,71	44 149	3 584	12,32	1 750	585	2,99	1 402 834	3 104 516	0,45
Julho	57 327	5 958	9,62	43 942	3 580	12,27	1 764	584	3,02	1 400 561	3 102 358	0,45
Agosto	57 488	6 175	9,31	45 867	3 598	12,75	1 801	583	3,09	1 436 185	3 117 160	0,46
Setembro	56 990	6 349	8,98	47 445	3 611	13,14	1 853	579	3,20	1 512 137	3 127 306	0,48

FONTE: Copel

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 13 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2004

PERÍODO	VENDAS (m <sup>3</sup> )			
	Óleo Combustível	Gasolina <sup>(1)</sup>	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 237	1 570 286	3 031 864	842 913
2001	408 320	1 477 508	3 229 577	819 977
2002	378 011	1 433 019	3 347 856	784 624
Janeiro	29 285	125 037	238 069	58 952
Fevereiro	30 644	121 912	251 285	59 661
Março	31 048	117 157	315 491	68 877
Abril	37 331	119 122	286 166	58 986
Maiο	33 263	117 015	265 154	72 089
Junho	33 723	107 585	267 350	62 376
Julho	31 489	118 516	290 385	74 586
Agosto	31 562	115 781	297 533	67 730
Setembro	29 388	114 669	301 084	67 525
Outubro	33 943	129 388	331 778	66 908
Novembro	29 870	113 496	265 680	62 544
Dezembro	26 463	133 341	237 880	64 391
2003	288 062	1 471 381	3 437 857	760 707
Janeiro	25 267	116 164	234 057	53 169
Fevereiro	24 174	99 755	255 574	57 442
Março	35 540	105 729	304 958	60 181
Abril	30 693	122 433	287 864	58 500
Maiο	29 064	132 781	296 632	65 739
Junho	28 385	116 296	265 177	62 991
Julho	31 583	127 436	299 137	70 808
Agosto	19 449	120 369	315 306	68 786
Setembro	17 061	122 516	308 080	69 414
Outubro	18 311	133 325	324 679	67 121
Novembro	14 126	122 114	278 756	61 910
Dezembro	14 410	152 463	267 636	64 646
2004	129 088	1 111 541	2 404 061	530 140
Janeiro	14 941	127 247	251 311	58 860
Fevereiro	12 690	118 814	263 918	57 378
Março	18 185	131 563	345 506	64 512
Abril	15 605	136 898	323 807	65 531
Maiο	14 879	119 259	274 000	67 714
Junho	19 322	119 630	292 933	71 403
Julho	18 630	132 095	309 222	74 441
Agosto	14 836	126 034	343 365	70 303

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 14 - ÍNDICES DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, NO PARANÁ - 2000-2004

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)												
	2000	2001	2002	2003	jan/03	fev/03	mar/03	abr/03	maio/03	jun/03	jul/03	ago/03	set/03
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	85,76	83,36	103,02	101,57	104,01	100,18	112,10	102,70	97,04
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	96,97	93,10	99,06	97,79	97,10	89,42	96,51	101,34	96,42
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	97,30	93,35	99,12	97,91	97,07	89,36	96,53	101,33	96,38
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	72,80	78,75	80,74	98,03	106,24	91,34	100,77	98,33	88,51
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	97,29	82,75	83,65	87,02	98,31	83,15	96,55	93,17	93,77
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	100,00	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	100,00	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	100,00	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	100,00	...	...	...	...	...	...	...	...	...
<b>COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL</b>	<b>100,72</b>	<b>99,82</b>	<b>99,14</b>	<b>100,00</b>	<b>91,05</b>	<b>88,50</b>	<b>95,41</b>	<b>97,49</b>	<b>100,74</b>	<b>91,31</b>	<b>100,51</b>	<b>99,67</b>	<b>95,06</b>

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)											
	out/03	nov/03	dez/03	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04	ago/04
Combustíveis e lubrificantes	104,88	102,92	102,47	...	97,09	90,40	110,57	106,53	109,65	103,72	111,23	105,08
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	101,85	102,60	127,87	...	100,22	100,47	109,47	113,62	106,67	102,65	111,88	106,76
Hipermercados e supermercados	101,69	102,37	127,61	...	100,38	100,49	109,48	113,74	106,62	102,52	111,89	106,74
Tecidos, vestuário e calçados	103,43	100,37	180,69	...	86,24	82,37	96,11	97,43	136,38	108,33	111,91	99,85
Móveis e eletrodomésticos	103,40	103,95	176,97	...	118,40	92,30	109,96	106,99	130,89	125,08	131,49	127,68
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	...	101,77	93,22	108,26	106,42	114,07	107,11	105,01	105,19
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	...	120,51	110,92	97,00	78,83	86,54	71,40	76,46	76,42
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	...	112,64	85,83	116,92	104,35	125,58	111,55	92,00	90,17
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	...	100,61	115,32	105,91	111,39	112,41	100,55	101,53	101,90
<b>COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL</b>	<b>102,94</b>	<b>104,60</b>	<b>132,69</b>	<b>...</b>	<b>100,67</b>	<b>96,43</b>	<b>108,06</b>	<b>109,22</b>	<b>113,14</b>	<b>105,60</b>	<b>112,67</b>	<b>107,36</b>

FONTE: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.



TABELA 16 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2004

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001 = 100)											
	2001	2002	2003	Jan/03	Fev/03	Mar/03	Abr/03	Mai/03	Jun/03	Jul/03	Ago/03	Set/03
Indústria geral	100,00	100,22	102,65	100,35	101,08	101,97	102,43	103,39	103,39	103,13	103,24	104,51
Indústrias extrativas	100,00	96,26	91,98	95,84	96,52	97,89	96,84	95,79	97,05	91,46	91,25	90,41
Indústria de transformação	100,00	100,27	102,78	100,41	101,15	102,02	102,50	103,48	103,46	103,26	103,38	104,68
Alimentos e bebidas	100,00	108,69	119,34	109,63	108,94	113,51	118,04	118,94	120,28	120,41	121,52	124,95
Fumo	100,00	94,35	86,70	50,43	171,00	180,85	174,18	104,34	53,33	52,46	52,17	52,17
Têxtil	100,00	100,60	95,15	98,25	96,86	96,88	93,27	94,98	94,74	95,36	95,84	95,66
Vestuário	100,00	110,60	120,82	117,62	116,98	119,21	119,01	121,14	120,55	127,25	123,93	125,08
Calçados e couro	100,00	92,12	83,03	88,35	88,38	87,05	83,70	84,68	81,76	80,06	79,18	83,47
Madeira	100,00	90,52	87,71	91,52	93,16	92,73	90,37	89,69	89,35	84,73	85,48	85,78
Papel e gráfica	100,00	102,00	112,58	110,62	113,98	114,47	108,90	108,02	107,79	113,23	113,38	113,65
Refino de petróleo e combustíveis	100,00	107,12	148,91	87,92	90,95	98,56	120,37	187,11	190,39	189,46	190,36	190,30
Produtos químicos	100,00	96,83	87,29	89,69	90,55	90,37	88,33	84,34	81,70	86,36	86,14	89,05
Borracha e plástico	100,00	103,79	92,86	98,23	97,83	96,39	97,41	97,69	96,47	93,98	92,28	90,34
Minerais não-metálicos	100,00	110,98	108,27	110,09	109,05	108,71	108,61	108,42	106,96	113,03	111,93	113,22
Metalurgia básica	100,00	84,00	76,32	73,15	75,37	74,70	79,05	79,52	84,71	79,47	71,90	71,24
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	100,00	94,47	96,42	94,93	100,54	102,08	102,48	96,96	96,51	95,24	94,44	94,36
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	100,00	110,52	124,33	119,29	119,83	119,88	124,84	125,85	123,26	118,04	120,69	121,09
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	100,00	101,98	92,26	103,37	102,59	96,72	91,37	92,37	93,00	89,91	88,54	87,71
Fabricação de meios de transporte	100,00	90,93	96,31	92,53	93,86	94,67	95,44	96,02	96,91	97,68	98,38	97,81
Fabricação de outros produtos	100,00	81,57	71,71	71,28	71,31	70,61	70,49	69,26	70,76	68,16	70,04	73,78

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)											
	Out/03	Nov/03	Dez/03	2004	Jan/04	Fev/04	Mar/04	Abr/04	Mai/04	Jun/04	Jul/04	Ago/04
Indústria geral	103,35	103,48	101,53	...	102,01	102,08	102,93	105,18	107,49	108,18	107,19	108,80
Indústrias extrativas	83,57	83,87	83,25	...	84,30	85,40	86,21	86,90	87,85	87,59	81,78	82,72
Indústria de transformação	103,58	103,71	101,75	...	102,21	102,27	103,12	105,40	107,73	108,43	107,51	109,13
Alimentos e bebidas	127,66	126,78	121,43	...	120,01	118,61	120,70	123,00	123,88	123,39	122,71	126,74
Fumo	51,59	50,43	47,53	...	68,69	184,90	189,25	235,62	222,87	53,33	52,74	54,49
Têxtil	93,33	94,06	92,58	...	92,42	95,25	98,01	95,44	95,08	94,50	94,06	93,78
Vestuário	121,76	120,19	117,09	...	120,73	118,20	118,69	131,57	140,91	142,76	145,06	148,52
Calçados e couro	82,48	81,47	75,78	...	76,47	74,65	69,70	71,73	72,48	73,22	75,56	80,70
Madeira	83,39	82,92	83,40	...	86,56	88,25	90,99	91,86	90,66	90,62	91,24	91,58
Papel e gráfica	114,94	116,17	115,79	...	116,62	116,82	115,00	115,09	114,35	115,30	114,67	115,61
Refino de petróleo e combustíveis	161,53	143,19	136,84	...	96,31	97,42	105,34	128,15	180,68	185,61	185,11	183,67
Produtos químicos	92,58	88,47	79,94	...	80,56	83,26	83,46	84,60	86,39	89,56	86,33	85,39
Borracha e plástico	82,97	84,94	85,78	...	87,14	88,14	87,42	89,46	90,27	90,27	92,36	94,06
Minerais não-metálicos	105,07	102,77	101,32	...	104,42	107,48	105,16	114,88	113,49	115,36	113,40	114,36
Metalurgia básica	76,69	77,09	72,98	...	74,93	75,17	74,43	71,33	70,51	70,13	71,82	71,85
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	92,09	93,24	94,15	...	96,41	96,39	96,51	97,72	96,89	96,98	90,45	95,80
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	122,56	139,08	137,58	...	139,35	135,85	137,77	136,79	136,96	137,72	132,27	132,26
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	87,18	86,98	87,35	...	87,01	87,52	87,86	85,85	91,24	90,77	83,67	82,95
Fabricação de meios de transporte	98,58	97,07	96,79	...	97,84	98,14	98,33	97,91	100,75	105,20	105,03	105,31
Fabricação de outros produtos	74,92	75,05	74,84	...	75,62	74,50	74,38	72,61	75,82	77,49	76,74	77,04

FONTE: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 17 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2004

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
Janeiro	2 438	358	- 257	865	-2 302	-	1 102
Fevereiro	1 572	- 553	1 068	3 227	197	-	5 511
Março	3 623	-1 569	1 580	3 922	1 205	-	8 761
Abril	8 059	361	1 500	1 345	5 047	-	16 312
Maiο	5 559	1 446	1 646	2 005	6 342	-	16 998
Junho	1 545	531	2 337	2 431	3 726	-	10 570
Julho	1 829	954	1 617	382	208	-	4 990
Agosto	2 461	316	2 044	2 227	-343	-	6 705
Setembro	3 440	355	4 081	3 078	-719	-	10 235
Outubro	936	664	2 763	2 052	-1 476	-	4 939
Novembro	-1 949	-870	3 858	-247	-3 635	-	-2 843
Dezembro	-5 478	-3 369	-365	-6 988	-8 491	-	-24 691
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
Janeiro	2 414	647	366	1 682	-177	-	4 932
Fevereiro	3 558	-117	1 552	5 534	243	-	10 770
Março	3 210	-706	956	1 042	1 117	5	5 624
Abril	6 850	-874	2 837	1 546	6 915	3	17 277
Maiο	3 418	995	2 141	1 455	8 202	5	16 216
Junho	912	-566	1 901	1 186	1 796	-	5 229
Julho	752	-549	1 593	1 232	443	-	3 471
Agosto	2 157	-608	2 380	5 311	-542	-	8 698
Setembro	4 106	336	2 737	2 875	59	-	10 113
Outubro	1 416	-36	2 683	2 810	135	-	7 008
Novembro	-1 024	-78	5 742	1 965	-2 393	-	4 212
Dezembro	-9 703	-2 347	-114	-9 293	-9 723	-	-31 180
2004	51 025	3 075	24 130	31 145	15 888	-	125 263
Janeiro	1 699	828	768	2 489	374	-	6 158
Fevereiro	4 276	-100	3 492	4 389	-302	-	11 755
Março	8 436	-16	3 395	3 389	1 806	-	17 010
Abril	11 360	-310	2 274	3 855	5 271	-	22 450
Maiο	9 842	1 745	3 318	4 859	5 337	-	25 101
Junho	4 556	-173	2 769	3 048	1 866	-	12 066
Julho	4 240	-337	3 145	3 949	774	-	11 771
Agosto	6 616	1 438	4 969	5 167	762	-	18 952

FONTE: CAGED - MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 18 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -  
DEZ 2002 - AGO 2004

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) <sup>(1)</sup>
2002	
Dezembro	6,40
2003	
Janeiro	7,80
Fevereiro	9,00
Março	10,00
Abril	9,60
Maiο	10,20
Junho	10,20
Julho	10,30
Agosto	8,40
Setembro	8,40
Outubro	8,50
Novembro	8,00
Dezembro	6,50
2004	
Janeiro	7,10
Fevereiro	7,50
Março	8,90
Abril	8,20
Maiο	8,40
Junho	8,70
Julho	8,90
Agosto	8,20

FONTES: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 19 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2003

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(1)</sup>	Variacão Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(1)</sup>	Variacão Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002 <sup>(2)</sup>	83 041	2,07	1 346 028	1,93
2003 <sup>(3)</sup>	-	3,40	1 514 924	-0,22

FONTES: IPARDES, IBGE

(1) Preços correntes.

(2) No caso do Paraná, resultados provisórios.

(3) Estimativa.